

www.etm.com.br

# CADERNOS

## DO TERCEIRO MUNDO



### ISRAEL-PALESTINA



# NOVA CHANCE PARA A

# PAZ

**EXCLUSIVO**

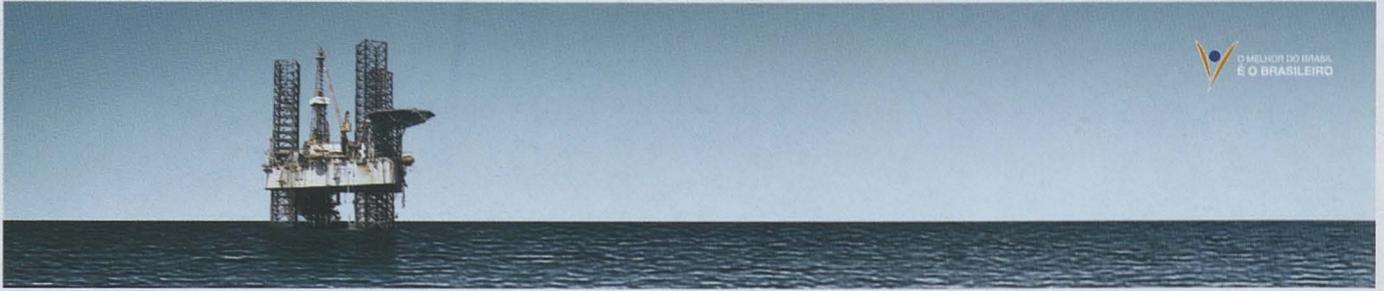
Entrevista com  
Celso Amorim

**BRIZOLA E  
FURTADO**

Duas grandes perdas

**URUGUAI**

A esquerda  
faz história



O MELHOR DO BRASIL  
É O BRASILEIRO

# 96 milhões de reais investidos em apenas 1 ano. 73 novos projetos selecionados para 2005.

O primeiro ano do Programa Petrobras Fome Zero provou que a empresa está inteiramente comprometida com o esforço do Governo Federal e da sociedade para mudar a difícil realidade das comunidades mais pobres do País. Para o próximo ano, mais 73 projetos de todos os Estados foram escolhidos, por seleção pública. Até 2006 serão investidos 303 milhões em projetos que irão beneficiar mais de 4 milhões de brasileiros. O Programa Petrobras Fome Zero é a prova de que é possível juntar desenvolvimento com cidadania. Já estamos alimentando o sonho de muita gente.

"O melhor do Brasil é o brasileiro" provém de obra de Câmara Cascudo.

PROGRAMA  
**PETROBRAS  
FOME ZERO**  
DESENVOLVIMENTO COM CIDADANIA

**FOME ZERO**  
PROGRAMA DE APOIO ALIMENTAR DO GOV. FEDERAL

**BR PETROBRAS**  
O DESAFIO É A NOSSA ENERGIA

Ministério de  
Minas e Energia

**RS**  
PROGRAMA DE APOIO ALIMENTAR DO GOV. FEDERAL



Cidadania



Direitos da Criança



Emprego e Renda



Desenvolvimento



Educação



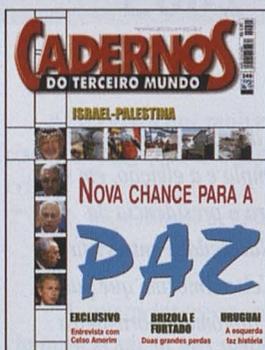
Qualificação Profissional

DDBS

# Sumário

Nº 249 • Ano XXX

ISSN 0101-7993



## Israel-Palestina Discreta esperança

Eleição de Mahmud Abbas como presidente da ANP cria novo cenário e faz com que os olhares se voltem para o premiê Ariel Sharon, de quem se cobra que não perca a oportunidade de aceitar o diálogo

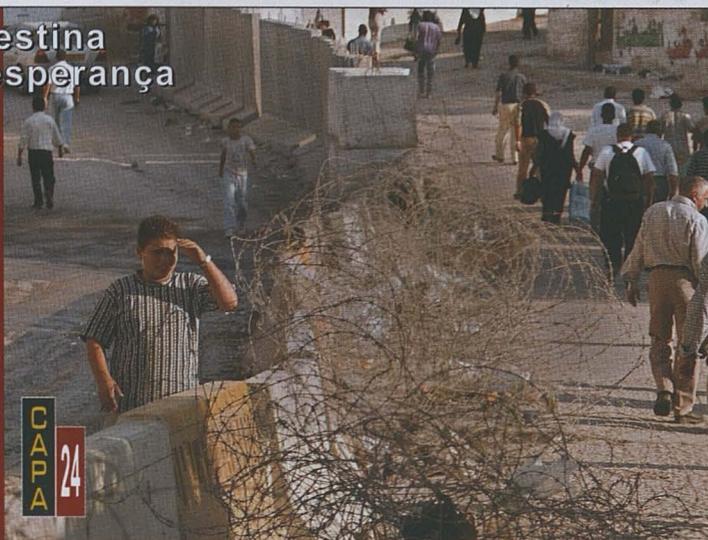


Foto: AFP

### 4 PANORAMA NACIONAL

#### 8 ENTREVISTA

“Por um mundo multipolar e globalização não-excludente”

Chanceler defende a busca de afirmação regional e mundial e as parcerias estratégicas, apostando em um mundo de diálogo, no qual a estabilidade tenha as Nações Unidas como o pilar central

#### 12 BRASIL / POLÍTICA

Vergonha histórica será agora revelada

Justiça determina abertura de arquivos secretos da ditadura militar referentes à Guerrilha do Araguaia

#### 14 BRASIL / DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CNRH aprova a interligação de bacias fluviais do sertão

Conselho Nacional de Recursos Hídricos dá sinal verde para projeto que visa a reforçar bacias hidrográficas no semi-árido nordestino com águas do São Francisco

#### 17 BRASIL / ENERGIA

Consumidores de energia no escuro

Furtados em um ano quase oito mil quilômetros de condutores

#### 18 BRASIL / POLÍTICA

Endividamento impede o crescimento sustentado

Levantamento independente aponta que o Brasil já pagou mais do que devia

#### 21 BRASIL / HISTÓRIA

Brizola e Celso Furtado deixam lições de brasilidade

O político e o pensador da economia ficam na memória do país como exemplos de homens públicos devotados aos interesses nacionais

### 34 AMÉRICA DO NORTE / ESTADOS UNIDOS

Mais agressões esperadas com Bush

Reeleição de Bush e mudanças nos principais cargos indicam uma política externa ainda mais agressiva nos próximos anos

### 36 EUROPA / UCRÂNIA

Um país dividido

Viktor Yushchenko assume a presidência da Ucrânia, dividida entre sua vocação russa e o poder de sedução europeu

### 38 AMÉRICA LATINA / URUGUAI

A esquerda faz história

Governo socialista assume com economia em crise, propondo-se a retomar os indicadores sociais que fizeram do país um exemplo no continente

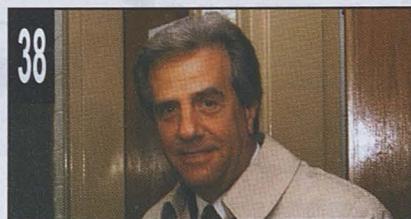


Foto: AFP

### 41 ÁFRICA / SUDÃO

A um passo da solução

Acordo entre governo islâmico e rebeldes cristãos do sul não alcança o conflito étnico entre muçulmanos negros e árabes no oeste do país

### 42 PANORAMA INTERNACIONAL

### 46 FOTOGRAFIA

Graciela Iturbide e a cultura mexicana

## A volta de cadernos e os desafios de 2005

**E**ntregamos aos leitores, com enorme alegria, esta nova edição de *cadernos do terceiro mundo*. Nos últimos meses, dificuldades diversas impediram-nos de publicar a revista com a devida regularidade. Foram muitos os leitores e assinantes que nesse período entraram em contato conosco para fazer-nos chegar palavras de incentivo, dando-nos depoimentos de seu carinho e respeito pelo nosso trabalho e pela nossa história e, dessa forma, reforçando a nossa decisão de continuar buscando alternativas para viabilizar a continuidade da revista. Nisso estamos.

Ainda não foi vencida a guerra, mas já conquistamos algumas batalhas. Estamos, com este número, reiniciando a caminhada. É o primeiro passo ante os desafios que ainda ficam por vencer.

Enquanto essa batalha é travada em diferentes níveis e âmbitos, nesta edição trazemos aos leitores matérias de extremo interesse.

No plano internacional, a morte de Yasser Arafat e a grave situação nos territórios palestinos ocupados nos fizeram escolher para tema de capa as possibilidades que surgem de uma retomada das negociações entre o governo de Israel e a Autoridade Nacional Palestina. Analisamos, também, as mudanças que

poderão advir no Uruguai, com a vitória da coligação de esquerda Encontro Progressista-Frente Ampla e a eleição, em primeiro turno, do Dr. Tabaré Vázquez para a presidência da República. Apresentamos, ainda, uma esclarecedora entrevista exclusiva que nos concedeu o chanceler Celso Amorim, que passa a limpo as prioridades e eixos centrais da diplomacia brasileira no governo Lula, destacando o peso que ganharam as relações com os vizinhos sul-americanos e com os países da África.

No plano interno, o destaque para a saudosa homenagem a duas figuras emblemáticas falecidas em 2004, o ex-governador Leonel Brizola e o economista e ex-ministro Celso Furtado. E também uma reportagem sobre o ambicioso projeto de revitalização do Rio São Francisco, conjugado com a implantação da rede de adução que levará águas do Velho Chico para o semi-árido de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, alterando, a favor do sertanejo, a titânica luta contra as secas.

Boa leitura do primeiro número de 2005!

Os editores

## CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Impressão: Gráfica Serrano-SP

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

**FUNDADOR:** Neiva Moreira  
**DIRETORA:** Beatriz Bissio  
**DIRETOR-ADJUNTO:** Pablo Piacentini  
**EDITOR:** Alvaro Neiva  
**CONSULTORES:** Darcy Ribeiro (in memoriam) Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai), e Juan Somavia (Chile)

### ASSINATURAS

Tel/fax: (21) 2203-1141/1142  
E-mail: [Assinaturas@etm.com.br](mailto:Assinaturas@etm.com.br)  
Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito

### NÚMEROS ATRASADOS

Ao preço do último exemplar. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas, acrescentando 30% ao valor do pedido para postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

### PUBLICIDADE

Matriz  
Rua Teófilo Otoni, 123 / 305 - CEP 20090 - 080 - Centro - Rio de Janeiro - RJ  
Tel/fax: (21) 2203-1141/1142  
Correio Eletrônico: [comercial@etm.com.br](mailto:comercial@etm.com.br)

**VENDA NO URUGUAI:** Kiosko Salvador - Av. 18 de Julio y Paraguay - tel: 901-5459  
**FOTOS:** Agência Brasil e Centro de Documentação (Cedoc)

### PUBLICAÇÕES DA EDITORA TERCEIRO MILÊNIO

*Cadernos do Terceiro Mundo* (temas políticos e sociais); *Ecologia e Desenvolvimento* (assuntos ambientais); *Revista do Mercosul* (informação do bloco econômico); *Almanaque Brasil e Enciclopédia do Mundo Contemporâneo* (obras de referência)



Rua Teófilo Otoni, 123 / 305 - CEP 20090-080  
Centro - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel/fax: (21) 2203-1141/1142

E-mail: [etm@etm.com.br](mailto:etm@etm.com.br) - Internet: [www.etm.com.br](http://www.etm.com.br)

## O que eles dizem...

**“Está claro que muita gente guardou documentos e é preciso ficar claro que isso (apossar-se de documentos públicos) é crime”**

**Brigadeiro-do-ar Luiz Carlos Bueno, comandante da Aeronáutica, convencido agora que restam documentos da época da ditadura**

**“A quem interessa causar esse tumulto todo? Por que chamuscaram só uns pedacinhos e deixaram o resto intacto? E por que aparecem só agora?”**

**Brigadeiro-do-ar Luiz Carlos Bueno, comandante da Aeronáutica, estranhando a pretensa queima e filmagem do ato na Base Aérea de Salvador**

**“Nós vamos fundo para descobrir”**

**Brigadeiro-do-ar Luiz Carlos Bueno, comandante da Aeronáutica, referindo-se ao empenho do governo em dispor os documentos da ditadura nos arquivos públicos**

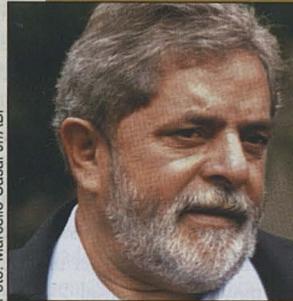


Foto: Marcello Casal Jr/ABr

**“Quem ficou surpreso com o crescimento de 2004, vai ficar mais surpreso com crescimento econômico de 2005”**

**Presidente Lula, confessando-se veterano otimista com o futuro do Brasil e convencido de que seu governo segue no rumo certo**

**“Não vamos permitir que as eleições de 2006 possam ser a prioridade número um do governo, como já aconteceu em outros momentos históricos do Brasil, em que jogamos oportunidades fora por conta de eleições”**

**Presidente Lula, rejeitando a provocação oposicionista para antecipação do clima eleitoral e dando uma estocada em FHC pelo comportamento daquele governo para garantir a reeleição**

Foto: Rose Brasil/ABr



**“Se formos analisar o período Fernando Henrique, vamos ver que foi um período em que não houve crescimento do país. É preciso tomar cuidado com a ribalta”**

**Itamar Franco, ex-presidente e embaixador demissionário do posto em Roma, sobre as críticas do ex-presidente FHC, considerado auto-pré-candidato, contra o Governo Lula**

**“A bancada da Câmara entende que deve ser isso mesmo que o Presidente Lula fez: salário mínimo de R\$ 300 em 1º de maio”**

**Prof. Luizinho, líder do Governo na Câmara, contrapondo-se aos senadores petistas, que tentavam um salário de R\$ 290 a partir de janeiro**



Foto:Roosevelt Pinheiro/ABr

**“Não podemos deixar, por um compromisso democrático, de oferecer alternativas. O PFL mostrou o caminho às oposições. Os últimos movimentos do presidente Fernando Henrique, de seu partido, o PSDB, e assim como do PMDB, mostram que o PFL estava e está certo”**

**César Maia, prefeito reeleito do Rio, ao ser lançado pré-candidato à Presidência, rebatendo as críticas de que estaria apressando a campanha eleitoral**

**“A expectativa dos vários segmentos era que as mudanças fossem mais profundas e sobretudo mais rápidas. (...) Mas não se deve esperar por soluções instantâneas para problemas cristalizados ao longo de décadas”**

**IPEA, no seu Boletim de Políticas Sociais, assinalando a necessidade de maiores investimentos e melhor desempenho da área social do Governo Lula**

**“Essa é uma lei feita para os bancos, ela não contempla o lado do emprego e da recuperação das empresas em dificuldades, pois suspende por apenas 180 dias a execução de garantias nos processos de recuperação judicial”**

**Júlio Sérgio Gomes de Almeida, diretor-executivo do IEDI, sobre a nova Lei de Falências, que dá prioridade aos bancos em recuperar os créditos**

## BIODIESEL, mais uma alternativa

**O** Brasil conseguiu responder à crise do petróleo dos anos 70, tornando realidade um programa de substituição, com base no álcool. Agora, depois de comprovar a possibilidade de contar com óleos vegetais também como carburantes na substituição ou mistura com derivados de petróleo, chegou a hora de partir para o campo. Para contar com o fornecimento regular de óleo de mamona e dendê, girassol e soja, que produzirá uma mistura com diesel – o biodiesel – como combustível para carros e caminhões, uma série de estímulos beneficiará produtores que se dedicarem ao cultivo dessas oleaginosas, especialmente o dendê e a mamona. Estas duas culturas, tradicionais das regiões mais pobres, vão permitir ao governo beneficiar muita gente.

Segundo a ministra de Energia, Dilma Roussef, a demanda a ser gerada pelo programa do biodiesel “permitirá que a agricultura familiar possa se manter e se desenvolver”, fazendo com que as famílias que vivem dela passem a ter uma vida com qualidade”. A ministra afirmou que espera ver veículos movidos a biodiesel. “Vai chegar uma hora em que todos os sistemas de transporte e também os veículos de passeio, serão alimentados por diesel produzido não nos postos de petróleo, mas na plantação de onde vamos tirar o óleo.” Com o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), o Brasil vai poupar. “Em 2005, iríamos importar 4 bilhões de litros. Com esse programa, vamos utilizar 800 milhões de litros de origem vegetal”, afirmou Dilma Roussef (foto).

Esses 800 milhões de litros ficarão aqui no Brasil, gerando emprego e renda nas regiões mais pobres. Uma das características principais do programa é a isenção de imposto. Decreto assinado pelo presidente estabelece que o biodiesel produzido com base em mamona e dendê fornecidos por agricultores familiares das regiões Norte, Nordeste e do Semi-Árido terá 100% de isenção, ou seja, não pagará imposto, permitindo uma competitividade maior. ■

**Dilma Roussef:** “Vai chegar uma hora em que todo o transporte será alimentado por diesel produzido não nos postos de petróleo, mas na plantação de onde vamos tirar o óleo”



Foto: Photodisc

## Cooperativas: exportação recorde

**A**s cooperativas brasileiras exportaram o equivalente a US\$ 2 bilhões no ano passado, segundo dados obtidos pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O valor é 53% superior ao que foi exportado pelas cooperativas em 2003 - US\$ 1,3 bilhão. Em relação ao volume, o total exportado em 2004 foi de 7,19 milhões de toneladas, 34% a mais do que em 2003. Os principais produtos exportados pelas cooperativas foram soja (US\$ 764 milhões), açúcar (US\$ 266 milhões), carne de frango (US\$ 185 milhões) e café (US\$ 133 milhões). O principal comprador foi a China (US\$ 328 milhões), seguida da Alemanha e dos Emirados Árabes Unidos (EAU).

O presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, salienta que o balanço superou as expectativas iniciais da organização. “Os bons números refletem a profissionalização das cooperativas e melhor participação dos seus produtos no mercado externo”, diz Freitas. ■

## Universidade da Terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra inaugurou a sua universidade no dia 23 de janeiro, em Guararema, a 60 quilômetros de São Paulo. A instituição foi batizada como Escola Florestan Fernandes, em homenagem ao sociólogo, cujas reflexões sempre inspiraram o MST, segundo dirigentes.

Construída por quatro anos e meio, a escola destina-se a “fazer pensar, planejar, organizar e desenvolver a formação política, técnica e ideológica dos militantes e dirigentes do Movimento. Por nascer com o objetivo de capacitar jovens, mulheres e homens do meio rural para a produção, comércio e gestão dos acampamentos e assentamentos, a ENFF terá uma pedagogia e metodologia adaptada à realidade dos trabalhadores do campo”, segundo comunicado do MST.

Ao todo, são três salas de aula, que comportam juntas até 200 pessoas, um auditório e dois anfiteatros. Os recursos para a construção da escola foram arrecadados através da venda do livro “Terra”, com textos de José Saramago, músicas de Chico Buarque e fotos de Sebastião Salgado, mais as contribuições de organizações não governamentais européias e doações individuais.

O movimento explicou a opção pelo nome de Florestan Fernandes para a instituição pela “admiração e reconhecimento do MST por sua trajetória de vida incansável e coerente com a luta dos trabalhadores e trabalhadoras. Crítico severo do capitalismo, ele defendeu a liberdade, a democracia e uma sociedade mais justa e fraterna. Após dez anos de sua morte, seu legado e suas idéias orientam nossas ações. Florestan acreditava que o maior número de pessoas deveria ter acesso ao conhecimento, o que caminha paralelamente à nossa preocupação de que a luta pela terra deve continuar até o dia em que cada família de trabalhadores conquiste sua emancipação. Nesse sentido, para o MST, a luta pela Reforma Agrária e pelo sonho da justiça social vai além da conquista da terra. A luta dos Sem Terra é por um projeto popular para o Brasil, baseado na dignidade, soberania e solidariedade” ■

## Nova tecnologia da Embrapa avalia a qualidade dos grãos

No momento em que o biodiesel surge como uma alternativa de diminuição da dependência dos derivados de petróleo, a Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, vinculada ao Ministério da Agricultura, oferece a sua contribuição lançando metodologias inéditas e equipamentos de última geração.

Com o novo espectrômetro de ressonância magnética, é possível analisar em segundos os teores de óleo em sementes e grãos sem destruí-los, e a sensibilidade da análise aumenta dez vezes. A pesquisa é uma parceria com o Instituto de Química da USP-São Carlos, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal Fluminense (UFF). Luiz Alberto Colnago, responsável pela pesquisa, estima que em dois anos a tecnologia já esteja disponível no mercado.

Segundo os especialistas, o conjunto de metodologias de ressonância magnética de alta resolução desenvolvidas e a disponibilização de espectrômetro dedicado à análise de óleos representam contribuições estratégicas e inéditas para o país avançar com segurança no recém-lançado programa de biodiesel. ■

## Reforma universitária

Até o dia 15 de fevereiro, o projeto de reforma universitária proposto pelo Ministério da Educação estará recebendo sugestões do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão de assessoramento presidencial formado por 12 integrantes do governo e 90 representantes da sociedade civil.

O ministro Tarso Genro divulgou também o plano do Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, que vai substituir o Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que destina recursos para os municípios, conforme o número de alunos da rede do ensino fundamental. O novo Fundo deverá financiar também a educação infantil, média e a de jovens e adultos.

Para 2005, o sistema público de ensino fundamental e médio terá R\$ 1 bilhão. Um dos integrantes do CDES, o consultor de empresas Antoninho Trevisan, já adiantou duas sugestões: que o sistema universitário venha a trabalhar com maior abertura para o mundo empresarial e que se vincule redução de juros com aplicações em educação. ■



Ministro Tarso Genro

Foto: Herminio Oliveira/ABR

## Relatório responsabiliza as últimas administrações pela pobreza

As mazelas sociais e econômicas do país são responsabilidade de administrações que não souberam enfrentar com eficiência os desafios da estagnação econômica e o cerco do neoliberalismo. Essa é a conclusão do Relatório Direitos Humanos no Brasil 2004, divulgado pela organização não-governamental Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, no final do ano passado.

Segundo o relatório, são “quase 25 anos de estagnação da renda per capita”, permanência da “política de corte neoliberal”, além do “irresponsável atrelamento aos capitais internacionais de curto prazo”, que geraram e mantêm a enorme pobreza, desemprego e crescente violência na sociedade brasileira. A análise é do professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e ex-secretário de Desenvolvimento e Solidariedade do município de São Paulo, Márcio Pochmann, um dos cerca de 30 especialistas que elaboraram o relatório.

Lançado em São Paulo, o documento traz dados e análises sobre os direitos humanos no país ao longo dos últimos anos. Elaborado pela Rede Social com a colaboração de umas 30 entidades e movimentos sociais, o relatório aborda problemas como o trabalho escravo; a concentração de renda; a falta de acesso a direitos como moradia digna e água e a situação de povos indígenas, comunidades quilombolas e de populações atingidas por barragens. Os casos de tortura e de maus tratos por parte de policiais, assim como a impunidade, também estão entre as questões abordadas no documento.

Outra das preocupações levantadas pelos especialistas diz respeito à situação de trabalhadores rurais sem-terra, assim como o aumento do número de ocupações em relação ao ano passado. Eles constataram que nos estados onde há a expansão do agronegócio, crescem “a violência privada e a ação repressiva do Poder Judiciário.” As conclusões serão encaminhadas ao governo federal. Uma versão em inglês será enviada a organismos internacionais, como a ONU e a OEA. ■

## PSOL quer registro

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), liderado pelos rebeldes egressos do PT, à frente a senadora Heloísa Helena (foto), conseguiu as 438 mil assinaturas necessárias para obter o registro definitivo como partido político na Justiça Eleitoral. No PSOL estão também os deputados e ex-petistas João Fontes (PSOL-SE), Babá (PSOL-PA) e Luciana Genro (PSOL-RS).

No dia 14 de dezembro de 2003, os quatro parlamentares foram expulsos do PT após se recusarem a cumprir a decisão partidária de votar a favor da reforma da Previdência Social. A partir de junho de 2004, logo após o 1º Encontro Nacional do PSOL, em Brasília, o partido iniciou a coleta das assinaturas para alcançar o registro definitivo. ■

Foto: Wilson Dias-ABr



## OIT: empregos, com urgência

O diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Armand Pereira, decidiu remar contra a maré e aconselhar que se veja a realidade como ela é. Enquanto o discurso que justifica o desemprego lança às costas dos desempregados a culpa pela situação, o diretor da OIT aconselhou os governantes a colocarem a geração de empregos no centro da agenda econômica, priorizando investimentos em setores que possam absorver a mão-de-obra da população mais pobre, como a agricultura familiar.

“Precisamos crescer, mas também definir melhor qual é a composição do crescimento, onde é que se podem incentivar investimentos, onde o crescimento pode gerar muito mais empregos. O nosso país tem mão-de-obra de baixa qualificação, então nós precisamos criar empregos de baixa qualificação”, disse Armand Pereira. No dia 10 de dezembro, em Brasília, o diretor da OIT participou do seminário “Política Geral de Emprego – Necessidades, Opções e Prioridades”, organizado pela OIT, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o governo federal, com o apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Na avaliação de Pereira, o Brasil ainda não possui uma política de empregos. O diretor da OIT explicou que o objetivo do evento foi justamente mobilizar os formuladores de políticas, representantes de empregadores e de trabalhadores para construírem uma política nesse sentido. “Nós temos hoje, mais do que antes, oportunidades de gerar mais empregos, porque há uma consciência da necessidade disso. Ao mesmo tempo, com a economia melhorando, já existe mais fôlego para melhorar programas de geração de emprego e renda”, ressaltou. Ele destacou que é fundamental que o trabalho seja um veículo de inclusão social, com remuneração que permita aos trabalhadores não continuarem na pobreza. Em muitas situações o trabalho é tão precário que o trabalhador não consegue sair de uma situação extrema de pobreza”, denunciou Armand Pereira. ■

## Vale investirá em ferrovia e portos com PPP

A aprovação do programa de Parceria Público-Privada (PPP) poderá reforçar investimentos da Companhia Vale do Rio Doce na área de concessões que dependem da união de esforços para o desenvolvimento de projetos, especialmente o setor ferroviário. A avaliação foi feita, no Rio, pelo presidente da mineradora Vale do Rio Doce, Roger Agnelli.

Segundo ele, a empresa mantém contatos com os ministérios dos Transportes, Planejamento, Desenvolvimento e Fazenda, para viabilizar projetos considerados estruturantes e com retorno de longo prazo. "A Parceria Público-Privada é bem vinda em casos e áreas específicas. A Vale do Rio Doce estudará o tema com o governo federal, para buscar o desenvolvimento interno e melhorar a eficiência, principalmente na área de transportes", garantiu.

Alguns projetos se referem à continuidade de investimentos na Ferrovia Norte/Sul; no Porto de Itaquí/Ponta da Madeira (MA) e no contorno de Belo Horizonte. Também se prevê investimentos na Serra do Tigre, representando uma melhora do traçado ferroviário em Minas Gerais. Isso permitiria dobrar a capacidade de transporte da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), elevando a velocidade de transporte de cargas dos atuais 15 ou 20 quilômetros por hora para cerca de 60 a 65 quilômetros horários.



Foto: Photoshot

*Através de Parcerias Público-Privadas (PPP) a Companhia Vale do Rio Doce pretende desenvolver diversos projetos, que estão em estudo com o governo federal, com ênfase no setor ferroviário*

Agnelli revelou que outros estudos estão sendo examinados em conjunto pela empresa e pelo governo federal. Um setor em que a união de esforços através da PPP será bem vinda é a infraestrutura portuária, cabendo ao empresariado os investimentos e ao governo, a obra de dragagem. ■

## Gasoduto no Amazonas completo em 2006

O trecho **Coari-Manaus**, do gasoduto que já funciona entre o campo produtor de Urucu e a cidade de Coari, será construído ao longo de 2005 e começará a funcionar em 2006, segundo a Petrobrás. São 385 quilômetros de distância entre Urucu e Manaus, dos quais 295 km (Urucu-Coari) já estão em operação. Pelotões do Exército abrem as picadas na floresta, nos 90 km que faltam.

Segundo o diretor de Gás e Energia da Petrobrás, Ildo Sauer, as obras custarão cerca de 450 milhões de dólares. ■

## "Com a corrupção, todos pagam"

Com este lembrete, o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), lançou, em 9 de dezembro, a nova campanha pela gestão pública limpa, no Dia Internacional contra a Corrupção. A data é uma referência à Conferência de Mérida, no México, realizada em novembro de 2003, onde foi lançada a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. A data foi instituída por sugestão da delegação brasileira.

A convenção já foi assinada por 113 países, inclusive o Brasil, mas depende da ratificação pelos parlamentos de mais 30 países para entrar em vigor (entre eles o Brasil). Treze nações já ratificaram o documento. A campanha do UNODC procura ressaltar os efeitos políticos, sociais e econômicos da corrupção, um fenômeno complexo que acontece em todos os países. Em Brasília, a Controladoria Geral da União lançou a cartilha "Olho vivo no dinheiro público" e um concurso de redações sobre o tema, para estudantes. ■

# "Por um mundo multipolar e globalização não-excludente"

Chanceler defende a busca de afirmação regional e mundial e as parcerias estratégicas, apostando em um mundo de diálogo, no qual a estabilidade tenha as Nações Unidas como o pilar central

## Procópio Mineiro

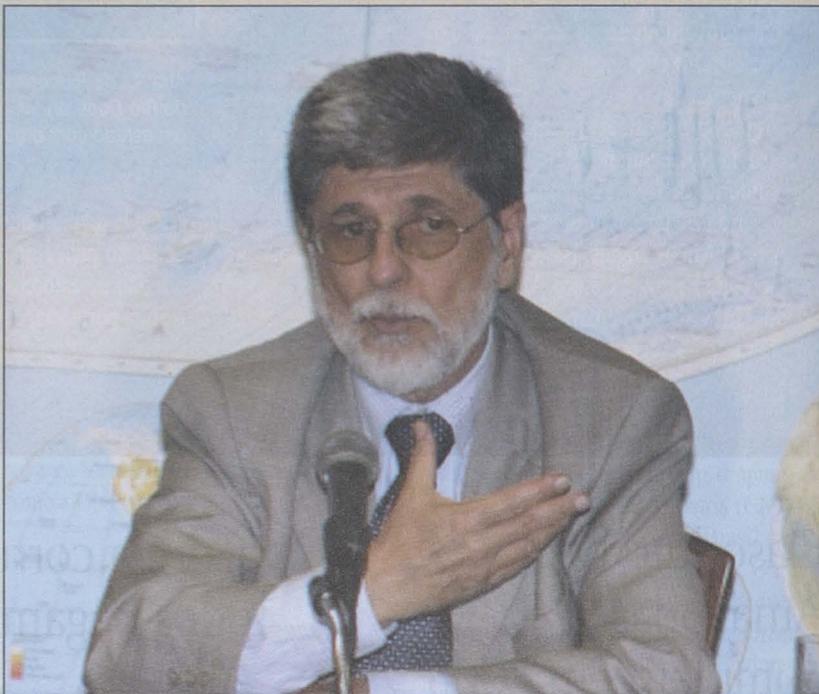
**A**S VISITAS do Presidente George Parvánov, da Bulgária, e do Primeiro-Ministro José Luís Zapatero, da Espanha, iniciaram os contatos internacionais de alto nível do Brasil no novo ano, mas são continuação de uma intensa agenda diplomática que trouxe a Brasília diversos governantes nos dois últimos meses de 2004.

Há uma nova percepção brasileira da necessidade de afirmar sua presença internacional e vontade de alcançá-la. É visível um novo apetite diplomático, que contempla desde o plano de integrar de forma permanente o Conselho de Segurança das Nações Unidas, como aprofundar os laços do Mercosul e desenvolver a Comunidade Sul-Americana de Nações, além de estreitar relacionamentos estratégicos.

Nesta entrevista exclusiva a *CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO*, o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim explicita muito da atual visão brasileira das relações internacionais, que aposta no reequilíbrio da cena mundial através da multipolaridade e da reafirmação do papel da Organização das Nações Unidas. Acompanhe, abaixo, as respostas do Chanceler.

*A Cúpula do Mercosul, em Ouro Preto, agregou novos sócios ao bloco e recebeu do Presidente Lula uma avaliação entusiasmada. Como avalia esse*

Fotos: J. Freitas/ABr



**O Chanceler Celso Amorim vê crescerem os espaços diplomáticos pelo reconhecimento internacional da importância do país, que se guia pela noção de multipolaridade e de busca de parcerias estratégicas**

*processo de integração? Qual o papel do Brasil, a nação mais desenvolvida da região?*

**CELSO AMORIM** - A III Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Cusco, selou definitivamente um novo capítulo na história da integração regional. Está criada a Comunidade Sul-americana de Nações. Em Cusco, confor-

me disse o Presidente Lula, testemunhamos um desses raros momentos em que se presencia a História em construção.

A Comunidade Sul-americana de Nações nasceu sob o signo da liberdade, da estabilidade democrática e do respeito aos direitos humanos. Fundamenta-se em três pilares básicos: i) o fortalecimento da concertação política e diplomática e afirmação da identidade da região em

suas relações externas; ii) o aprofundamento da convergência entre o Mercosul, a Comunidade Andina e o Chile, possibilitando-se também a associação da Guiana e do Suriname ao processo; e iii) a integração da infra-estrutura física de transportes, energia e comunicações com base no aprofundamento das experiências e iniciativas existentes.

Ficou decidido que a próxima Reunião de Chefes de Estado da Comunidade será realizada no Brasil, no primeiro semestre de 2005. Temos avançado mais rápido do que se poderia imaginar. Apenas nos últimos dois anos, conseguimos o acordo de associação, longamente ansiado, entre o Mercosul e a Comunidade Andina. Concebemos e impulsionamos diversos projetos – já são 31 – para a indispensável integração da infra-estrutura, nas áreas de transportes, comunicações e energia. Essa integração física, nunca é demais lembrar, constitui parte essencial de nosso projeto de desenvolvimento nacional.

A aprovação, por exemplo, de financiamento do Brasil, no valor de US\$ 400 milhões, para a ligação rodoviária do Acre ao Pacífico, via Peru, tem significado histórico e econômico sem precedentes, não apenas para a integração regional, como também para o progresso do Oeste brasileiro.

Outro fato recente que merece ser ressaltado foram os ingressos de Venezuela, Equador e Colômbia como Estados Associados do Mercosul, por ocasião da recente Cúpula de Ouro Preto. A parceria estratégica com a Argentina elevou-se a uma dimensão sul-americana em curto espaço de tempo. Aos quatro integrantes originais do Mercosul hoje se somam seis países associados.

*A dramática herança que recebeu o nosso continente poderá prejudicar o processo de integração?*

CA - No caso da América do Sul, temos uma herança de problemas econômicos e sociais, além de desequilíbrios que

geram tensões e fatores desfavoráveis à integração. Mas a vontade de prosseguir na integração é maior. E os números apenas refletem essa visão. Em 2004, registamos recorde histórico de exportações para a Argentina: mais de US\$ 7 bilhões. O comércio brasileiro com a América do Sul aumentou 61% nos primeiros nove meses deste ano, passando de quase US\$ 7 bilhões para mais de US\$ 11 bilhões, e – muito importante – com alto valor agregado, pois os produtos manufaturados ocupam 91% da pauta exportadora. Não nos esqueçamos de que a América do Sul espanhola é um mercado de dimensões equivalentes às do Brasil, em termos de tamanho, PIB e população. O Brasil deve exercer uma natural liderança nesse processo de integração, e liderança comporta também custos e exige certa generosidade, para que possamos compensar os desequilíbrios nos diferentes graus de desenvolvimento dos países da região.

*Depois de mais de uma década de predominância de políticas neoliberais na América do Sul, parece ocorrer uma onda contrária. Venezuela, Argentina, agora Uruguai, e, desde 2002, o Brasil representam a reafirmação de um pensamento de maior afirmação nacional. Este fenômeno poderá determinar uma evolução mais soberana do subcontinente?*

CA - Vários países da América do Sul, efetivamente, elegeram governos críticos das políticas neoliberais adotadas nas últimas duas décadas. Já em seu discurso de posse, o Presidente Lula apontava o “esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome”. No caso do Brasil, este Governo encontrou, além disso, uma herança de descontrole na área financeira, que nos forçou a adotar uma política econômica de austeridade, cujas conseqüências se fizeram sentir em 2003, com uma taxa de crescimento praticamente nula. Em 2004, felizmente, retomamos a via do crescimento, supe-

rando, inclusive, as expectativas dos analistas econômicos.

O mais importante, entretanto, é que estamos adotando novo enfoque para o crescimento econômico, com ênfase na criação de empregos, na distribuição de renda e nas políticas sociais de combate à fome e à pobreza. O resgate da dívida social e a consolidação de nossa democracia pela inclusão de vastos segmentos marginalizados dão sustentação a uma política externa que propugna uma ordem internacional mais equitativa, multipolar, e um modelo de globalização não-excludente, em que fiquem claros os vínculos que existem entre a paz, a segurança e o desenvolvimento econômico e social.

O Brasil tem trabalhado para a consecução desse objetivo por meio de uma participação mais ativa nos organismos internacionais e de uma articulação de posições com outros países, notadamente os do Mercosul, mas também outras grandes democracias do mundo em desenvolvimento, como a África do Sul e a Índia (na iniciativa do G-3 ou IBAS) e países do Sul exportadores de produtos agrícolas (no G-20, que coordenamos no âmbito da OMC). Já temos colhido alguns frutos desses esforços, que permitem ao Brasil e aos demais países dos grupos de que participamos posicionarem-se internacionalmente de forma mais autônoma e soberana.

*O Brasil realizou, em novembro e dezembro, uma intensa rodada de recepções a Chefes de Estado, alguns de países de peso mundial, como os da Rússia e da China. Qual a importância de o Brasil fazer-se mais presente internacionalmente?*

CA - De fato, tivemos nestes dois anos de Governo um calendário muito intenso de viagens presidenciais e visitas de Chefes de Estado e de Governo estrangeiros. Apenas em novembro último, sete altos mandatários vieram a Brasília. Essa carregada agenda internacional responde

a um interesse que é nosso, mas que também traduz a vontade de outros países em aprofundar o relacionamento com o Brasil, pela percepção de que nosso país tem papel crescente a desempenhar não só em nossa região, como em questões de interesse global. Tais questões podem às vezes parecer distantes (como é o caso do conflito no Oriente Médio, por exemplo), mas, direta ou indiretamente, têm efeito sobre nossa realidade.

Uma política externa baseada na estrita defesa dos interesses nacionais confere respeito e importante capital diplomático nos mais variados mecanismos decisórios internacionais.

**Que importância o Brasil confere às relações com a Rússia e a China?**

CA - A China e a Rússia têm evidente importância no cenário internacional e, por isso mesmo, mereceram, junto com a África do Sul e a Índia, menção especial já no discurso de posse do Presidente Lula. Um relacionamento mais intenso do Brasil com a Rússia e a China nos deverá trazer benefícios palpáveis, como fruto não apenas dos diversos acordos nas áreas comercial, espacial, científico-tecnológica, energética e outras, firmados por ocasião das recentes visitas presidenciais, mas também de uma coordenação de mais longo prazo, que contribua para dar expressão à visão – que partilhamos com esses países – de um mundo multipolar, em que as Nações Unidas tenham papel primordial no encaminhamento das questões de interesse coletivo.

*No relacionamento com a África, há um núcleo de importância especial, que são os países de fala portuguesa: Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, e São Tomé e Príncipe, que comemoram 30 anos de independência, agora em 2005. Como estão estas relações e quais as possibilidades de um estreitamento maior que a história comum propiciaria?*

CA - Nossas relações com os países africanos vêm merecendo atenção especial. A aproximação com a África é aspiração antiga do Brasil, mas que nenhum Governo anterior levou adiante com tamanha determinação. Nestes últimos dois anos, o Presidente Lula já realizou duas viagens à África, tendo visitado Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, além de África do Sul, Namíbia e Gabão. Eu próprio já estive em São Tomé e Príncipe quatro vezes.

O Presidente viajou acompanhado de numerosa delegação de ministros, empresários e parlamentares. Foram discutidos temas nas mais diversas áreas, de saúde a energia. Pessoas de todos os setores integraram a comitiva, em função também do aspecto social e cultural da África, que desperta grande interesse no Brasil. Não foi uma viagem para obter ganhos imediatos ou estabelecer mecanismos de cooperação visando a auferir resultados a curto prazo. Ainda assim, sob a ótica econômico-comercial, a África representa um mercado significativo para o Brasil. Entre janeiro e setembro de 2004, as exportações para o continente ultrapassaram

US\$ 3 bilhões, com crescimento de 47% em relação a 2003.

Esta investida diplomática conferiu substância ao propósito de forjar novos laços de cooperação, à luz, também, de nossa condição de país com a maior população de afrodescendentes e dos esforços internos de promoção da igualdade racial.

**Qual o papel do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)?**

CA - Na presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o Brasil desempenhou papel central nas gestões diplomáticas que contribuíram para a retomada da democracia em São Tomé e Príncipe. Estabeleceu-se cooperação com a Agência Nacional do Petróleo para ajudar São Tomé a desenvolver seu sistema de regulação e licitação da exploração daquele produto. Com Angola, mantemos relacionamento intenso em diversas áreas, o qual resistiu ao período da guerra civil e vem crescendo amplamente. Com Moçambique, estamos estreitando os vínculos comerciais e estabelecendo cooperação no setor agropecuário, por exemplo. Em todos os países incluídos no roteiro de visitas do Presidente Lula, tratamos da cooperação em programas de desenvolvimento agrário, combate à AIDS e luta contra a fome e a pobreza. Junto com a África do Sul e a Índia, no G-3, estabelecemos um Fundo de Solidariedade – primeira iniciativa do gênero por parte de três países em desenvolvimento, para o fi-

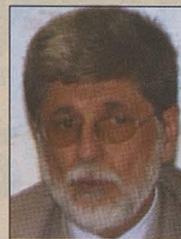


**“Uma política externa baseada na estrita defesa dos interesses nacionais confere respeito e importante capital diplomático nos mais variados mecanismos decisórios internacionais”**

---

## “O Brasil tem uma dívida histórica com a África, o potencial de cooperação é enorme, e juntos temos muito a ensinar e a aprender, inclusive para revisitar nossas próprias origens e tradições”

---



nanciamento de projetos sociais em países menos desenvolvidos. Menciono isso porque o primeiro beneficiário dessa iniciativa será a Guiné-Bissau, em projeto de desenvolvimento agrícola. Trata-se de país que atravessa situação de instabilidade política e econômica e que precisa da nossa ajuda, para evitar conflagração social de maiores proporções. Temos, nesse sentido, feito gestões para a liberação de recursos e para maior cooperação internacional. A África é um continente de muita pobreza, evidentemente, mas não é estagnada. Pelo que tenho verificado, há dinamismo e vontade de fazer. O Brasil tem uma dívida histórica com a África, o potencial de cooperação é enorme, e juntos temos muito a ensinar e a aprender, inclusive para revisitar nossas próprias origens e tradições.

*O neoliberalismo não apenas procura reprogramar a economia mundial, assegurando vantagens aos países desenvolvidos, mas parece vir calcado em certas doutrinas de dominação, como é o caso do chamado direito de “ataque preventivo” a países considerados maus parceiros internacionais ou supostamente perigosos. Afeganistão e Iraque são exemplos da aplicação daquela doutrina e especula-se que outras nações islâmicas, como o Irã, correriam riscos. Deve-se temer maiores instabilidades internacionais?*

CA - Já no início do Governo, deparamo-nos com a crise no Iraque, que constituiu grande desafio para as Nações

Unidas, no qual, lamentavelmente, prevaleceu a tese do “ataque preventivo” – expressão de um unilateralismo sem peias, ao arripio do sistema de segurança coletivo definido na Carta das Nações Unidas. O Presidente Lula realizou intensas gestões, em contatos com o Secretário-Geral Kofi Annan e outras lideranças internacionais, para evitar uma intervenção armada sem o devido respaldo do Conselho de Segurança. Não é demais ressaltar que a intervenção causou e ainda vem causando vítimas, sem perspectiva de solução à vista.

Ao mesmo tempo, o Brasil não deixa de reconhecer os riscos reais, para toda a humanidade, de uma intensificação de ameaças como o terrorismo internacional e a proliferação de armas de destruição em massa. Cientes de que é preciso, a um só tempo, revitalizar os instrumentos multilaterais e encontrar meios para enfrentar novas e antigas ameaças, apoiamos os esforços do Secretário-Geral de convocar Painel de Alto Nível para examinar respostas adequadas e encarar o desafio da mudança, que passa por uma reforma das estruturas de concertação internacional em matéria de paz e segurança. Não é de hoje que se evidenciam as assimetrias e limitações da estrutura decisória do Conselho de Segurança, que reflete ainda a realidade do imediato pós-II Guerra Mundial. A situação atual do Conselho expõe grave e crescente descompasso. A expansão das atribuições do órgão, sem a contrapartida da revisão dos desequilíbrios em sua representatividade, tende apenas a agravar os questionamen-

tos que se fazem a seu respeito. A manter-se o *status quo*, é possível que apareçam novas situações de grave instabilidade, ante as quais teremos ainda um Conselho de Segurança com déficit de representatividade e credibilidade, e, portanto, carente de instrumentos eficazes de ação. É nesse contexto que se coloca a aspiração do Brasil por um Conselho de Segurança ampliado, que conte com novos membros, permanentes e não permanentes, com representação de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Nos últimos meses, ocorreu uma aceleração das discussões sobre o assunto, já havendo ampla maioria de países expressando posição favorável a uma reforma do Conselho de Segurança com a inclusão de novos membros permanentes e não-permanentes. Fator importante para essa aceleração foi a criação do G-4 (Brasil, Índia, Alemanha e Japão) – coalizão que dificilmente se poderia imaginar há alguns anos – para a coordenação de posições e apoio mútuo às respectivas candidaturas a assento permanente no Conselho. Há um movimento, impulsionado pelo próprio Secretário-Geral Kofi Annan, para que a questão da reforma das Nações Unidas chegue a desfecho já em 2005. Um Conselho de Segurança mais representativo, legítimo e eficaz será freio importante ao surgimento de novas situações de instabilidade, que ensejem o recurso unilateral à força. Como observou o Presidente Lula: “pode-se talvez vencer uma guerra isoladamente. Mas não se pode construir a paz duradoura, sem o concurso de todos”. ■

# Vergonha histórica será agora revelada

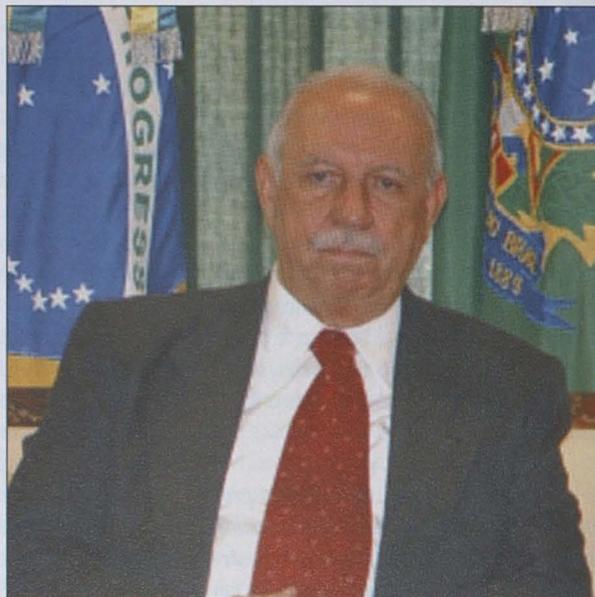
Justiça determina abertura de arquivos secretos da ditadura militar referentes à Guerrilha do Araguaia, em importante vitória para os direitos humanos

**“P**RECISAMOS ABRIR OS ARQUIVOS DA VERGONHA HISTÓRICA”, declarou o desembargador Souza Prudente, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ao ratificar a decisão de quebrar o sigilo dos arquivos referentes à Guerrilha do Araguaia. Desta forma, a Justiça negou o recurso apresentada pela Advocacia Geral da União (AGU), confirmando a decisão da juíza do Distrito Federal Solange Salgado de que a União deve apresentar os documentos secretos referentes ao período, informar onde as vítimas foram enterradas e se responsabilizar pelo traslado dos corpos para locais mais próximos de sua famílias.

A decisão foi muito comemorada por organizações ligadas à defesa dos direitos humanos, mas especialmente pelos sobreviventes e pelos familiares das vítimas deste momento importante da história do País. “Estou muito satisfeita com a sentença. Foi um avanço, principalmente diante da medida inesperada e deplorável da AGU. Se os arquivos não forem abertos, onde vamos procurar nossos familiares? A abertura e o depoimento dos militares são essenciais para essa localização”, afirmou Crimélia Almeida, sobrevivente da guerrilha, na qual morreu o seu companheiro, assim como o sogro e o cunhado.

Sem dúvida, a decisão da Advocacia Geral da União de recorrer à determinação da juíza surpreendeu negativamente. Contudo, este caminho foi reavaliado, pois apesar de a AGU ainda poder recorrer à decisão do TRF, o governo federal optou por acatar a decisão judicial.

“Decisão do Judiciário não se discute, cumpre-se. Agora, é claro que os arquivos não vão ser carregados e abertos na Praça da Sé. As pessoas interessadas vão procurar saber, obviamente, o que aconteceu com seus ancestrais, com seus descendentes, com seus parentes. É um direito do cidadão”, afirmou José Alencar, vice-presidente e ministro da defesa.



**José Alencar, ministro da Defesa:** “As pessoas interessadas vão procurar saber, obviamente, o que aconteceu com seus parentes. É um direito do cidadão”

O governo já está trabalhando para viabilizar o cumprimento – e uma possível ampliação – da decisão judicial. “A responsabilidade do governo são os arquivos da Agência Brasileira de Investigação e da Polícia Federal. Vamos cumprir (a decisão) fazendo uma busca exaustiva nos documentos à disposição do governo. Agora, os outros, que não são responsabilidade oficial do governo, nós vamos ter que ver a partir da reunião entre a Justiça e o governo para discutir como será cumprida a sentença”, afirmou Nilmário Miranda, Secretário Especial da Direitos Humanos do governo federal.



Foto Roberto Barroso / ABr

**Nilmário Miranda:** governo pesquisará os arquivos dos órgãos oficiais, incluindo os da ABIN e da Polícia Federal

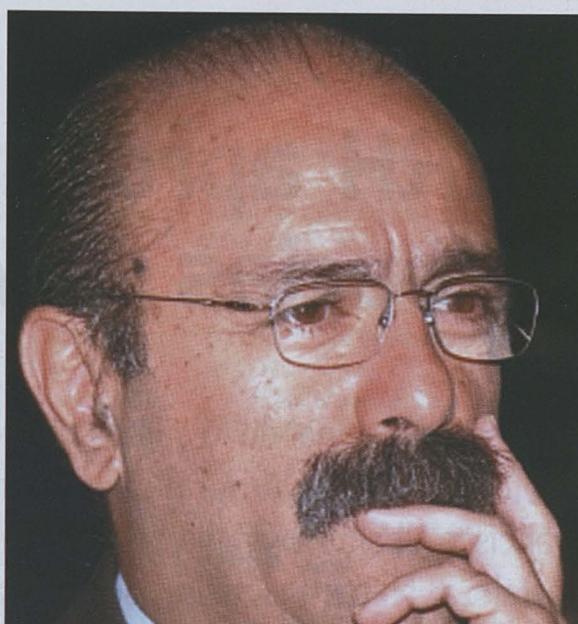


Foto: Roosevelt Pinheiro/ABR

**Greenhalgh:** “É preciso dar essas explicações aos familiares dos desaparecidos. É direito do nosso povo saber da sua história”

Além disso, o presidente Lula já assinou decreto que altera o tempo de sigilo de documentos oficiais de estado. O texto revoga o decreto 4553/02, assinado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que ampliou o prazo do sigilo desse tipo de documento.

Agora, a Comissão Especial de Arquivos Governamentais Confidenciais da Câmara dos Deputados, criada em novembro em virtude da divulgação de fotos que poderiam ser do jornalista Vladimir Herzog, está encarregada de analisar os projetos de lei que tramitam na Câmara sobre o assunto, com o objetivo de elaborar uma lei que regulamente o tempo de sigilo de documentos e seu acesso pelo público.

Segundo o relator da Comissão, deputado Mauro Benevides (PMDB/CE), o anteprojeto deve ser apresentado à Comissão de Constituição e Justiça em março.

O deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que desde 1982 atua como advogado das famílias de desaparecidos no Araguaia, comemorou a sinalização do governo de abrir os arquivos. “A intelectualidade quer que abra, os estudantes querem que abra, a igreja quer que abra, o poder judiciário quer que abra, todo o mundo quer que abra. É preciso dar essas explicações aos familiares dos desaparecidos políticos. É direito do nosso povo saber da sua história”, afirmou Greenhalgh.

Contrariando a hipótese de que a decisão poderia desagradar aos militares, o comandante do Exército, general Francisco Albuquerque, disse que não há qualquer resistência por parte das Forças Armadas à abertura dos arquivos da ditadura militar. Ele garante que a instituição está com o governo e que não há o que temer sobre esse assunto.

## Queima de arquivos

Apesar da incontestável importância da declaração de apoio do comandante do Exército, que vem se somar às declarações do ministro da Defesa, ainda paira uma dúvida sobre a reação de setores das Forças Armadas à abertura dos arquivos da ditadura militar. E esta dúvida é alimentada por denúncias de queima de arquivos secretos do período em diferentes locais do País.

Ainda em dezembro do ano passado, quando este assunto veio à tona, a Rede Globo apresentou denúncias de que teria havido destruição de arquivos militares na Base Aérea de Salvador. Segundo a reportagem, teriam sido incinerados 78 documentos do período entre 1964 e 1994. Embora negue que houvesse documentos oficiais da inteligência na Base Aérea de Salvador, o comando da Aeronáutica anunciou que investigaria, com a cooperação da Polícia Federal, a suposta queima de arquivos. “Nós temos de saber quando foi, quem foi, por que foi, por ordem de quem, e o texto desses documentos. Isso é uma parte da história do Brasil”, afirmou José Alencar.

Outros supostos casos de destruição de arquivos foram denunciados no Ceará. O jornal O Povo noticiou, também em dezembro, que o general-de-divisão Júlio Limaverde admitiu a destruição de documentos das décadas de 60 e 70 na 10ª Região Militar. Além disso, o Diário do Nordeste informou que papéis do período da ditadura militar, com carimbo de “confidencial” foram encontrados por um professor dentro de uma caixa de livros doados para uma escola pública. Atendendo requerimento do deputado João Alfredo (PT/CE), a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados está investigando as denúncias. ■ **Alvaro Neiva**, com informações da Agência Brasil

# CNRH aprova a interligação de bacias fluviais do sertão

Conselho Nacional de Recursos Hídricos dá sinal verde para projeto que visa a reforçar bacias hidrográficas no semi-árido nordestino com águas do São Francisco. Ibama examina licença, enquanto se realizam debates públicos em Fortaleza, Natal, Salgueiro, Souza, Salvador, Aracaju e Maceió

**O** ANO DE 2005 será decisivo para o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e do Semi-Árido Nordeste, que inclui a interligação com bacias fluviais de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará a serem regularizadas com águas sanfranciscanas.

No dia 17 de janeiro, apesar da presença dos opositores, a Agência Nacional de Águas e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovaram a resolução que permite levar o projeto à frente. Por 36 votos a 2, o Conselho, que reúne representantes oficiais e da sociedade civil, acatou o estudo técnico que comprova a viabilidade da retirada de água sem riscos para o rio.

A definição sobre este ponto era considerada essencial, uma vez que um dos argumentos mais repetidos pelos adversários do projeto é o de que o rio não suportaria, sem apresentar sérios efeitos negativos, a retirada do volume de água pretendido: 26 metros cúbicos por segundo, correspondentes a 1% da água lançada ao oceano por segundo.

O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), produzidos pela empre-

sa especializada Ecology Brasil, alerta para a necessidade de revitalização do rio, sobretudo no trecho mineiro, mas conclui que o São Francisco não sofrerá qualquer ameaça com a retirada do volume estabelecido de 26 metros cúbicos por segundo. O estudo aponta uma eventual redução de geração elétrica no complexo das usinas da região, mas de proporção ínfima, de modo que a interligação do sistema elétrico nacional supriria qualquer redução.

Pelos dados apresentados, o CNRH concluiu pela viabilidade do projeto, pelo qual uma retirada contínua de 26 metros cúbicos por segundo, através de dois braços, levará a água para o sertão de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, ao custo de R\$ 4 bilhões. Os críticos acham o custo elevado, mas o governo retruca que fará um projeto definitivo ao custo do que se gasta a cada duas secas na assistência aos flagelados. As duas últimas secas custaram ao governo federal em torno de R\$ 2 bilhões, cada uma.

Implantado, o projeto garantirá a permanência do sertanejo em sua terra, produzindo, livre da necessidade de migrar para o litoral ou para o sul do país e sem mais necessidade da assistência federal, que alimenta a chamada indústria

da seca, à qual se atribui grande parte do combustível retórico aplicado à luta contra o projeto. Outro ponto que parece incomodar são as desapropriações de terra ao longo dos canais, para assentamento de sertanejos sem terra, viabilizando a agricultura familiar com garantia de água.

Ambientalistas e políticos contrários ao projeto apresentam argumentos críticos, que vão desde uma suposta ameaça de o rio secar, ocasionando uma catástrofe ambiental, até a existência de interesses eleitorais visando ao pleito de 2006, além de benefício a empreiteiras e a latifundiários.

Uma Frente de Defesa do Rio São Francisco e contra a Transposição foi fundada no início de janeiro, em ato realizado em Salvador, com apoio de forças políticas contrárias ao projeto. A resistência mostra-se mais forte na Bahia e em Sergipe, estados não incluídos no plano e engloba grupos ambientalistas e profissionais, como OAB e CREA dos dois estados. Segundo essa frente, o projeto teria cunho eleitoral e carceraria de sustentabilidade técnica, argumento este que contraria o que demonstra o EIA/RIMA aceito pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Por outro lado, entidades e perso-

nalidades já se mobilizam em explicitar apoio ao plano. O arcebispo de João Pessoa, Dom Aldo Pagotto, já manifestou a aprovação da Igreja ao programa, ao lado de entidades como a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), frisando a importância social, econômica e ambiental da regularização hídrica dos rios e açudes sertanejos para milhões de brasileiros que se livrarão da angústia periódica de perderem tudo, a cada seca.

O reforço hídrico para a semi-árido prevê benefícios a cerca de 10 milhões de sertanejos nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, através de um sistema de canais e dutos que abastecerão permanentemente grandes açudes da região: Castanhão, no Ceará (4,2 bilhões de m<sup>3</sup>); Eng. Armando Ribeiro Gonçalves (2,4 bilhões de m<sup>3</sup>) e Santa Cruz (600 milhões de m<sup>3</sup>), no Rio

Grande do Norte, e, na Paraíba, o Boqueirão (420 milhões de m<sup>3</sup>) e Eng. Ávidos (260 milhões de m<sup>3</sup>).

Os açudes funcionarão como centros de distribuição e regularização de bacias fluviais a que se ligam, hoje muito afetadas pelas secas periódicas. O sistema atravessará 86 municípios e envolverá, ainda, a irrigação de plantações, o que permitirá incorporar cerca de 186 mil hectares à produção permanente e beneficiar cerca de 100 mil famílias, além de permitir o abastecimento de água tratada em localidades hoje desprovidas do serviço.

O projeto, na verdade, evoluiu de um projeto de regularização hídrica para um programa de desenvolvimento sustentável da região, envolvendo a ação de 10 ministérios e de governos estaduais e municipais, prevendo desde uma reforma agrária ao longo dos canais de

adução da água, para assentamento de sertanejos sem terra, até a quase duplicação das áreas de conservação ambiental e criação de projetos de desenvolvimento econômico e social, num horizonte de implantação de 20 anos. Mas já em 2007 estará funcionando o transporte da água.

A oferta permanente de água é estratégica, pois significa uma revolução no manejo dos sistemas hídricos regionais baseados nos açudes. Hoje, açude cheio não significa água abundante para o sertanejo, pois o manejo é feito sob a ótica da escassez que está por vir. Como se espera a seca, libera-se o mínimo de água, para que, quando a seca chegar, haja ainda boa quantidade do líquido. Resultado: cerca de 75% da água estocada evaporam e só 25% são usados efetivamente.

Com o reforço permanente da água sanfranciscana, desaparece a síndrome da seca por vir e os açudes estarão liberando água de forma mais adequada às necessidades regionais, pois há a certeza

*O projeto evoluiu de uma iniciativa de regularização hídrica para um programa de desenvolvimento sustentável da região, envolvendo a ação de 10 ministérios e de governos estaduais e municipais*



de que o lago sempre estará cheio e em condições de manter os rios e projetos de irrigação bem supridos. Rios secos, intermitentes ou com baixos volumes passam a coisas do passado, pois a chegada permanente de água os deixará em situação de plena segurança, garantindo o abastecimento para a população, criação e agricultura.

Uma das críticas agora incorporadas ao projeto é a da revitalização do São Francisco, o que terá maior alcance no trecho do norte mineiro, beneficiando os afluentes numa região onde a degradação ambiental é considerada crítica, por culpa do homem. Assim, os rios das Velhas, Verde Grande, Paracatu e Urucuia serão os mais visados com ações que incluem amplo reflorestamento regional, dragagem, abertura de canais, construção de barragens de regularização, educação ambiental da população ribeirinha, implantação de comitês de gerência de bacias hidrográficas, ações para melhoria das condições do lençol freático e recuperação das matas ciliares. A Codevasf estará trabalhando em conjunto com as prefeituras da região e o governo mineiro, em atividades que começam a andar e que têm o ano de 2005 como decisivo.

Os levantamentos técnicos demonstram que esses afluentes passarão a ter um volume de água maior e a lançar maiores quantidades no São Francisco, cujo curso receberá também cuidados especiais referentes à

*O mandacaru (foto), árvore típica do semi-árido: com o projeto, uma região que há décadas tem o seu desenvolvimento comprometido pela seca, conseguirá tornar perenes açudes e outras fontes de recursos hídricos, mudando a qualidade de vida do sertanejo*



Foto: Noélia Albuquerque

recuperação de matas ciliares e dragagem, pois o assoreamento, o excesso de terra e areia lançadas pelos afluentes e pelos desbarrancamentos do próprio rio, tendem a crescer sem esses cuidados. Como constatou o Estudo de Impacto Ambiental promovido pela empresa especializada Ecology Brasil, se for deixado à própria sorte, o São Francisco vai se tornar cada vez mais largo e mais raso, conseqüência do assoreamento nas suas porções inicial e média. Mesmo assim, segundo o EIA/RIMA, isto não afetaria o uso para a interligação de bacias, pois a retirada da água, em proporção considerada modesta, se dará em dois pontos da margem pernambucana (Cabrobó e Itaparica), em trecho regularizado pela operação de barragens, sobretudo a de Sobradinho. No entanto, pela importância do projeto e pelas necessidades do rio, torna-se impensável, segundo os técnicos, deixar passar este momento sem realizar ações de revitalização, as quais também se refletirão em melhorias ambientais e econômicas para dezenas de municípios do norte mineiro.

Outra conseqüência da revitalização do São Francisco será a viabilização de uma hidrovía entre Juazeiro e Pirapora, com capacidade de incrementar a produção e o comércio da região e abrir novas perspectivas econômicas.

O porte do plano, agora um ambicioso Programa de Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e do Semi-Árido Nordeste, parece estimular as críticas dos que desconfiam de grandes planos governamentais e profetizam catástrofes e desperdícios. Mas a profundidade dos estudos realizados e o empenho dos Ministérios de Meio Ambiente e Integração Nacional apontam para a realização de uma obra que poderá vir a ser considerada uma epopeia estratégica semelhante à criação de Brasília por Juscelino Kubitschek. ■

(Procópio Mineiro)

# Consumidores de energia no escuro

Furtados em um ano quase oito mil quilômetros de condutores

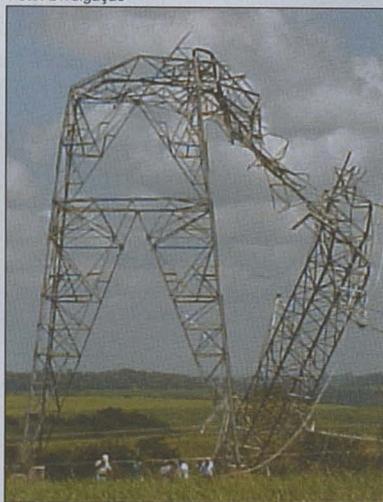
De olho numa fonte de lucro aparentemente fácil, criminosos de todo o país deixam a cada ano milhares de brasileiros no escuro. Só nos últimos três anos, o furto de cabos e equipamentos da rede elétrica resultou num prejuízo de R\$ 15 milhões para o país, de acordo com dados da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee).

Segundo o presidente da Abradee, Luiz Carlos Guimarães, antigamente os furtos concentravam-se em áreas rurais, mas hoje acontecem nas cidades e até em vias de grande movimento. “As empresas com o maior número de ocorrências são a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), as Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (Cemat) e a Companhia Energética do Ceará (Coelce)”, afirma.

Em 2003, a Abradee registrou mais de 6,5 mil ocorrências, que envolveram o roubo de 7.756 Km de condutores metálicos e 1.234 equipamentos de diversos tipos. O custo de reposição desses equipamentos foi de R\$ 2.773 e os cabos que tiveram de ser repostos seriam suficientes para conectar Curitiba a Brasília.

De maneira geral, o perfil do autor desse tipo de furto é – segundo os registros policiais – o de uma pessoa pobre e desempregada. Mas, em muitos casos, os criminosos agem com a colaboração de técnicos dotados de algum conhecimento dos riscos relacionados às redes de média e alta tensão. O material furtado, geralmente cabos e equipamentos com enrolamento de cobre, é vendido a ferros-velhos. Além de receber muito pouco pelo material, o ladrão coloca em risco a pró-

Foto: Divulgação



Torre da Chesf danificada por ladrões que levaram quilômetros de cabos

pria vida e a de milhares de pessoas que dependem de serviços públicos essenciais, como o atendimento médico oferecido pelos hospitais, por exemplo. Indiretamente, esses furtos acabam prejudicando todos os consumidores de energia elétrica, na medida em que as perdas são diluídas nas contas de luz.

Para discutir o tema, a Companhia Paranaense de Energia (Copel), em parceria com a Abradee, realizou, em novembro, em Curitiba, um *workshop*. Entre várias ações destinadas a diminuir o prejuízo das companhias, o secretário de Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Delazari, anunciou a criação de uma delegacia especializada com atuação em Curitiba e na região metropolitana da capital. “Em 2005, ela já deve estar funcionando”, disse Delazari.

As empresas do Grupo Eletrobrás também sofrem com os furtos. Furnas,

por exemplo, realizou no início deste ano uma campanha com cartazes e *outdoors* incentivando a população a procurar a polícia e a denunciar os ladrões. Simultaneamente, a empresa alertou sobre os riscos que esse tipo de crime acarreta: ao tentar levar cabos utilizados nas redes de alta tensão, as pessoas podem morrer eletrocutadas. Há, ainda, o perigo de quedas, já que a altura das torres de transmissão varia entre dez e 40 metros.

“A nossa preocupação é com a segurança das pessoas e dos animais que vivem próximas aos locais dos furtos, pois os ladrões abandonam no chão linhas de aterramento pelas quais passam altíssimas correntes elétricas”, esclarece o Diretor de Produção e Comercialização de Energia Elétrica de Furnas, Fábio Machado Resende. “Os técnicos estão estudando a implantação de novos dispositivos para mitigar os perigos para as pessoas e as perdas.”

A preocupação das companhias com os acidentes vai além das esferas financeira e social. “Se um acidente acontece e traz algum dano grave, a imagem da empresa fica prejudicada, uma vez que é de sua responsabilidade o fornecimento de energia com qualidade”, explica Resende.

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), outra controlada da Eletrobrás, iniciou patrulhamentos nos locais críticos ou potencialmente sujeitos a roubos. A empresa também estabeleceu um canal de comunicação com as polícias Civil e Federal para abastecê-las de informações que auxiliem nas investigações e no patrulhamento preventivo.

Em 2003, a Chesf registrou 35 casos de furto, que resultaram na perda de 20 quilômetros de cabo de alumínio (26 toneladas) e num custo de R\$ 720 mil para recuperação das linhas. Somados os números do ano passado e de 2004, o total de condutores metálicos levados por criminosos na área de atuação da Chesf chega a 77 quilômetros, com um prejuízo de R\$ 385 mil, levando-se em conta apenas o custo do material furtado. ■

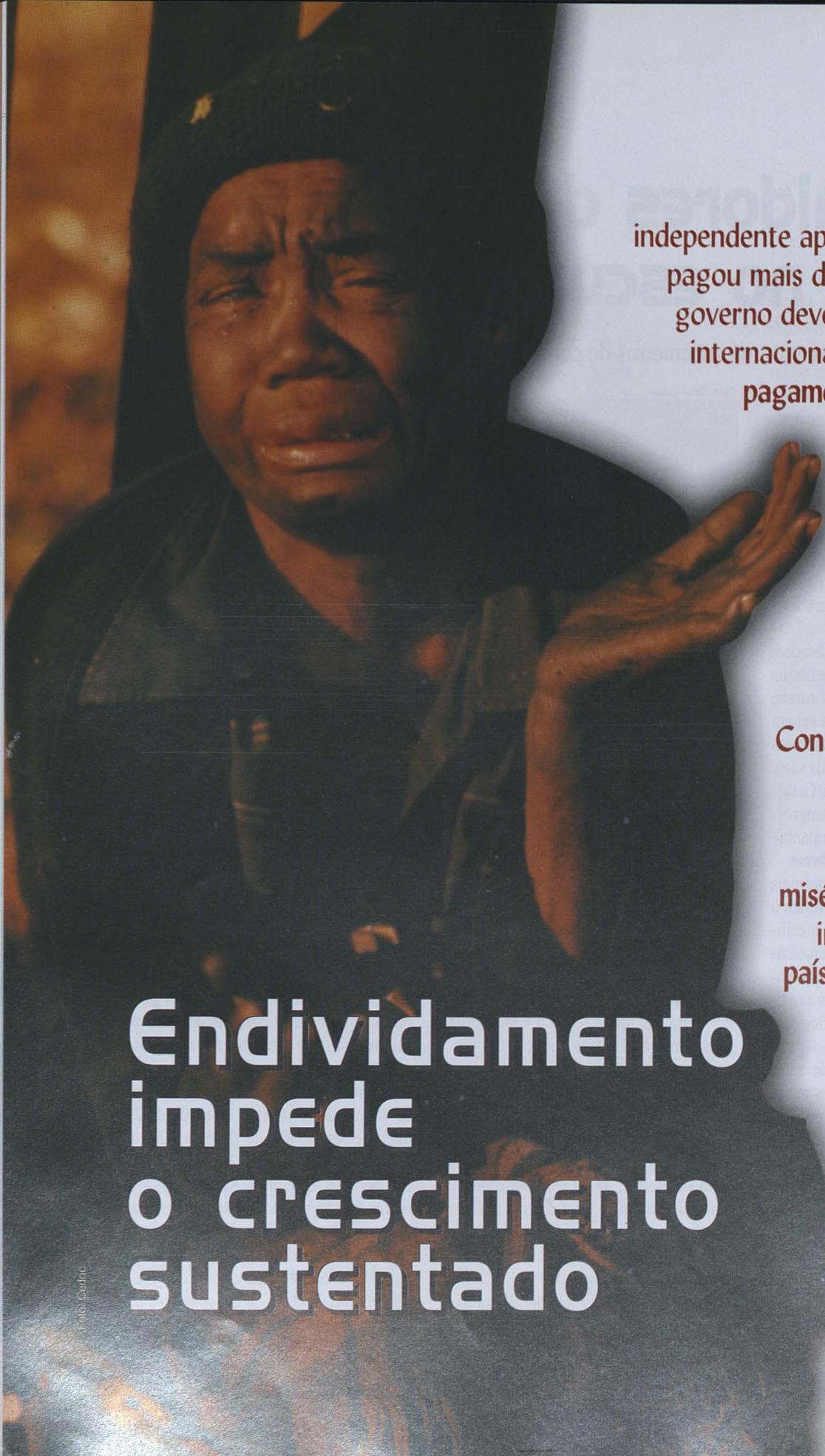


Foto: Cedrac

# Endividamento impede o crescimento sustentado

Levantamento independente aponta que o Brasil já pagou mais do que devia e que o governo deve recorrer ao direito internacional para contestar os pagamentos que ameaçam se estender por todo o século XXI. Em Brasília, OAB pede que STF obrigue o Congresso a examinar a dívida, como prevê a Constituição, e justifica pedido culpando o volume dos compromissos pela miséria brasileira e pela impossibilidade de o país retomar o ciclo de desenvolvimento

**E**M 1931, **GETÚLIO VARGAS**, desconfiado, mandou investigar a dívida externa deixada pela República Velha. Confirmou as desconfianças e reduziu o montante a que os credores achavam que tinham direito. Em 1964, 33 anos depois, quando foi derubado, João Goulart – depois dos governos Dutra, Getúlio e Juscelino –, deixou uma dívida em torno de 3 bilhões de dólares. Mas, nos anos 70, o regime militar aceitou pegar empréstimos com juros flutuantes, que pularam de 5% a 20% e a dívida logo passou dos 100 bilhões de dólares, chegando aos 235 bilhões atuais. Só entre 1979 e 2003, a dívida cresceu 5 vezes, embora no mesmo período o país tenha pago 170 bilhões de dólares a mais do que recebeu, denuncia a presidente do Unafisco, Maria Lúcia Fatorreli Carneiro.

Segundo ela, o Brasil teria sua dívida quitada desde 1989, se as regras do direito internacional tivessem sido observadas, e ainda teríamos crédito favorável de 100 bilhões de dólares. Como os governantes do Brasil nesse período nada tinham de Getúlio Vargas e nunca reclamaram, em 2003 o atual governo desembolsou R\$ 132 bilhões para as dívidas externa e interna, quase o dobro do que destinou para a área social.

Por isso, a presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal sugere que o Brasil use o direito internacional para renegociar ou até mesmo recusar-se a pagar a dívida pública. O Unafisco considera, ao lado dos vários setores que questionam a dívida pública, que esses excessivos gastos – além de injustos e espoliativos – impedem os investimentos necessários ao país em áreas como educação, saúde, saneamento, segurança e habitação. “Diversos recursos jurídicos previstos no direito internacional, tais como ‘Força Mario’ e ‘Dívida Odiosa’, podem ser invocados como justificativa ao não pagamento de dívidas, nos casos em que estas comprometam a vida e desrespeitem os interesses da sociedade”, alerta Maria Lúcia, coordenadora da auditoria cidadã da dívida, trabalho elaborado para a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, cujo relatório foi divulgado no início de dezembro.

A auditora propõe ao governo brasileiro romper com o que chama de “processo continuado de espoliação”, que faz o país ocupar o quarto lugar do mundo como pior distribuição de renda. Durante as pesquisas, a equipe responsável pela auditoria cidadã da dívida encontrou um relatório da comissão especial do Senado Federal para a Dívida Externa, que reconhece a co-responsabilidade dos credores internacionais no endividamento. O relatório, de autoria do então senador Fernando Henrique Cardoso e escrito em 1987, diz: “O engajamento de países em desenvolvimento nesse processo foi possibilitado pelos bancos internacionais, endossado pelo FMI e encorajado pelos governos dos países credores.” Mais tarde, como presidente da República, Fernando Henrique iria endividar largamente o Brasil - multipli-

cou em 12 vezes a dívida interna, recebendo-a de Itamar Franco em pouco mais de R\$ 59 bilhões e passando-a a Lula em quase R\$ 700 bilhões, oito anos depois. A Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, para cujo relatório anual foi realizada a pesquisa do Unafisco, mostra que, mesmo após a conclusão da comissão especial, o governo a partir de 1994 lançou o Plano Real e, junto com ele, passou a “emitir títulos da dívida interna que remuneravam investidores brasileiros e estrangeiros com as taxas de juros mais elevadas do planeta.” “Com isso, a dívida interna aumentou de R\$ 59,7 bilhões em 1994 para R\$ 687 bilhões em 2002. No primeiro ano do governo Lula, a dívida interna aumentou para R\$ 753 bilhões”, contabiliza a presidente da Unafisco, para quem outra ilegalidade que compromete a valorização dos direitos humanos no Brasil é o mecanismo do chamado risco-país. “Para emprestar aos países do Terceiro Mundo, os credores estabelecem um adicional de juros sobre o que ganhariam se emprestassem aos Estados Unidos, país considerado de risco zero pelo simples fato de poder emitir dólares. Os credores alegam que esse adicional de juros serve para compensar o risco de não receberem de volta o que emprestaram para os países em desenvolvimento”, explica Maria Lúcia Fatorreli Carneiro.

Na Idade Média, era comum a figura do escravo por dívida, o pobre que se entregava ao credor com quem não podia saldar um débito. Na era do capitalismo e do mercado, as leis preservam o direito pessoal a não ser escravizado, mas não impedem que o capital possa colocar nação inteira na situação daquele desvalido medieval, sociedades escravizadas a juros abusivos e eternos, sem capacidade de traçarem o próprio futuro, países cujas sociedades são obrigadas a trabalhar e produzir para sustentar as sociedades da opulência.

## OAB quer CPI da dívida externa

Não são poucos os analistas que apontam a dívida externa como a raiz dos sofrimentos econômicos do Brasil – consequentemente, das mazelas que transformam em barril de pólvora social o país que se urbanizou e que produziu algumas megalópoles que parecem insustentáveis. O país paga demais e sempre, e não se vê, nem em longínquo horizonte, um ponto final para esses compromissos estranguladores. A dívida é uma sangria incontrolável, que depaupera o organismo brasileiro.

Assim, reclamava-se na década de 70, na de 80, nos anos 90 e, agora, continua-se a reclamar. Os constituintes da Carta de 1988 estavam incomodados com o assunto e, por isso, colocaram nas disposições transitórias: “Art. 26 - No prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional promoverá, através de comissão mista, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasi-



*País-fenômeno no século XX, quando deixou de ser nação cafeeira para chegar a oitava nação industrial, o Brasil patina em estagnação há 25 anos, esmagado por uma impagável dívida externa, que consome recursos que deveriam servir ao desenvolvimento econômico e social*

leiro. § 1º - A Comissão terá a força legal de Comissão Parlamentar de Inquérito para os fins de requisição e convocação, e atuará com o auxílio do Tribunal de Contas da União. § 2º - Apurada irregularidade, o Congresso Nacional proporá ao Poder Executivo a declaração de nulidade do ato e encaminhará o processo ao Ministério Público Federal, que formalizará, no prazo de sessenta dias, a ação cabível.”

Os 16 anos que se passaram, sem que nada se fizesse, demonstram que o Congresso Nacional está em dívida com a Nação e descumprindo um preceito constitucional expresso, segundo a interpretação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que no início de dezembro entrou com ação junto ao Supremo Tribunal Federal, para que o STF determine ao Congresso o cumprimento do Artigo 26 das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

A ação da OAB, assinada por seu presidente Roberto Busato, assinala que “a natureza de preceito fundamental do comando normativo decorre do grau do endividamento externo pátrio, da possibilidade de seu repúdio, das repercussões desse endividamento e repúdio na soberania do Brasil, na dignidade da pessoa humana e na pretensão de erradicação da pobreza (artigos 1º e 3º da C.F.) e ainda da possibilidade de aplicação de sanções aos responsáveis pelo endividamento irregular, preservando-se em seu aspecto mais amplo o sentido de república (artigo 1º). O endividamento pátrio penhorou o futuro da nação. Restringiu-lhe a soberania, atingiu a dignidade da pessoa humana, dos brasileiros, e ainda impediu fossem realizadas ações capazes de erradicar a pobreza.”

Citando a professora Vânia Lomônaco Bastos, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, a OAB aponta a seguinte evolução da dívida externa brasileira, em bilhões de dólares: 1970 - 5,1; 1980 - 71,0; 1991 - 122,8.

“Para que se possa aquilatar o dano que representou para o país tal endividamento, atente-se para o quanto restaram comprometidas as receitas de exportação para fins de pagamento de juros e amortização da dívida no período. Segundo a autora citada, o percentual comprometido, ano a ano, foi o seguinte: 1968 - 33,4%; 1969 - 29,2%; 1970 - 33,1%; 1971 - 39,7%; 1972 - 39,1%; 1973 - 35,3%; 1974 - 32,5%; 1975 - 42,3%; 1976 - 47,4%; 1978 - 63,4%; 1979 - 69,3%; 1980 - 56,2%; 1981 - 66,2%; 1982 - 90,7%; 1983 - 75,0%; 1984 - 61,7%; 1985 - 70,8%; 1986 - 93,4%; 1987 - 86,2%; 1988 - 79,7%; 1989 - 70,3%; 1990 - 59,1%; 1991 - 52,0%; 1992 - 43,5%” - relaciona a ação da OAB.

Os números indicam o quanto a dívida externa pesou na estagnação econômica brasileira ao longo do tempo, em especial na chamada década perdida dos anos 80. A década de 90 não foi diferente e ainda hoje o brasileiro sonha com a chamada retomada do desenvolvimento.

“Por que entrou em estagnação uma economia tão dinâmica quanto a brasileira? As circunstâncias condicionadoras desse resultado são diversas, avultando o peso da dívida externa, cujo serviço foi exorbitantemente majorado por um coeficiente de 400%, de 1979 a 1983, em virtude de decisões unilaterais do Sistema Federal de Reserva, dos Estados Unidos”, diz a ação da OAB, citando o historiador Hélio Jaguaribe.

A OAB pede que o STF determine ao Congresso que “promova e ultime exame de todos os atos e fatos geradores do endividamento externo, cumprindo-se as prescrições do artigo 26 das Disposições Transitórias da Constituição que se vincula com preceitos fundamentais, tais como a soberania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, I da C.F.), a erradicação da pobreza (art. 3º, III da C.F.) e o próprio princípio republicano, no sentido de adequado trato da coisa pública”. Procópio Mineiro

# Brizola lega a mensagem nacionalista

Líder trabalhista deixa a seu partido  
missão de preservar o ideário que  
está na raiz do Brasil moderno

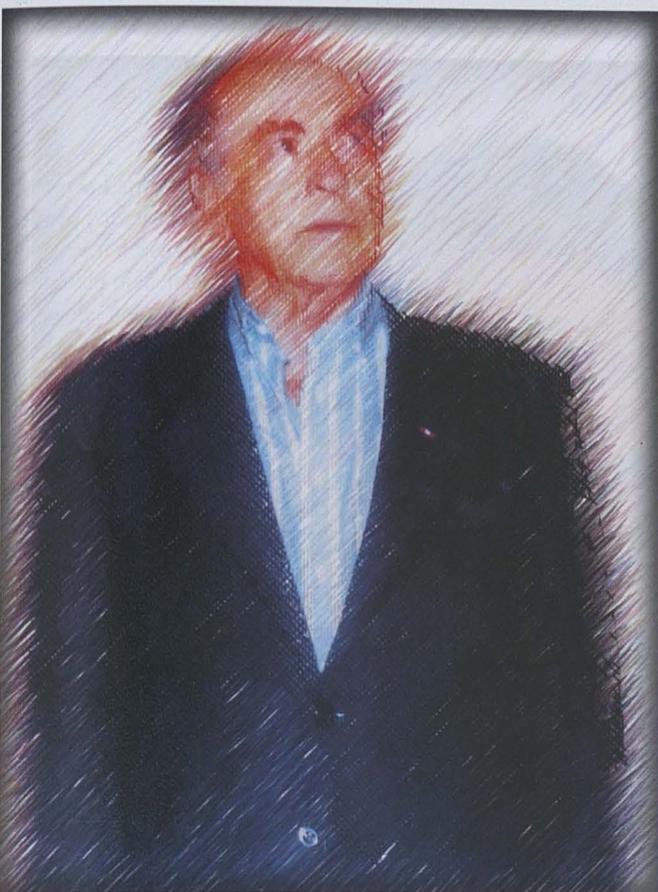


Foto: Cedoc / Arte: Mauro C. Alvarenga

**E**NTRE OS HINOS PATRIÓTICOS, o da Independência sempre teve execução limitada, exceto onde estivesse Leonel Brizola, o gaúcho que passa à história do Brasil como exemplo de um político dedicado ao projeto popular que tornou o Brasil moderno. Herdeiro dos ideais varguistas de desenvolvimento econômico e social como missão do compromisso nacionalista, Brizola (22/01/1922-21/06/2004) atuou politicamente por 60 anos, foi prefeito e três vezes governador em dois estados, parou o país para possibilitar a posse de João Goulart, em 1961, abortando golpe que se tentava após a renúncia de Jânio Quadros, e, cassado, caçado e exilado após a tomada do poder pelos militares em 1964, tornou-se o inimigo público número um do regime.

Por isso tudo, identificava-se mais com os versos guerreiros do Hino da Independência, que falam da brava gente brasileira, de destemor, da quebra de grilhões, da missão de tornar a pátria livre ou de morrer pelo Brasil. Era a identidade de seu nacionalismo, a referência de seu patriotismo e do destino que via em sua vida política.

Como lembrou Brizola Neto no velório do avô, a Carta Testamento de Getúlio Vargas era uma referência permanente para a ação política brizolista. Como se sabe, a Carta Testamento é um documento que transpira, a cada linha, os sentimentos de luta pela construção da independência nacional, de patriotismo e de compromissos com a massa popular, a qual, na visão varguista, não deve ser escrava de ninguém.

Sempre a referência de luta pela liberdade contra a escravidão, da independência contra a dominação, do nacionalismo contra o colonialismo.

Na mensagem que enviou aos familiares enlutados e ao PDT, o presidente cubano Fidel Castro lamentou o desaparecimento do líder trabalhista, assinalando que “Brizola será referência obrigatória para os lutadores nacionalistas e anti-imperialistas”. Fidel destacou, ainda, que “por suas firmes posições nacionalistas, foi sem dúvida um dos precursores do avanço político e democrático, tanto no âmbito interno como na política externa praticada atualmente pelo Brasil.”

Um homem de seu tempo, Brizola viveu a efervescência do pós-guerra, um tempo de descolonizações, de reconstruções nacionais, de impulsos de desenvolvimento e de sonhos nacionais, tendo como referência o desenvolvimento social, a integração das massas pobres à evolução da economia. Por isso, deixa como marca mais evidente de seu ideário político a prioridade que deu à educação popular: mais de 100 escolas em Porto Alegre, quando foi prefeito (1955-58), milhares no Rio Grande do Sul, quando governador (1958-1962), mais de 500 Centros Integrados de Educação Pública (Ciep), apelidados pelo povo de brizolões, nos dois governos no Rio de Janeiro (1983-87 e 1991-94), estes com concepção pedagógica de Darcy Ribeiro e projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer. Este compromisso educacional o líder trabalhista exigia de todas as administrações do PDT.

Na sua visão, a povo se liberta pela educação e só um povo educado é consciente para tomar seu destino nas mãos e tornar livre o próprio país. ■

Economista morreu aos 84 anos, deixando ao país as lições de uma trajetória de dignidade e patriotismo e uma vasta obra que pensa os rumos do desenvolvimento brasileiro

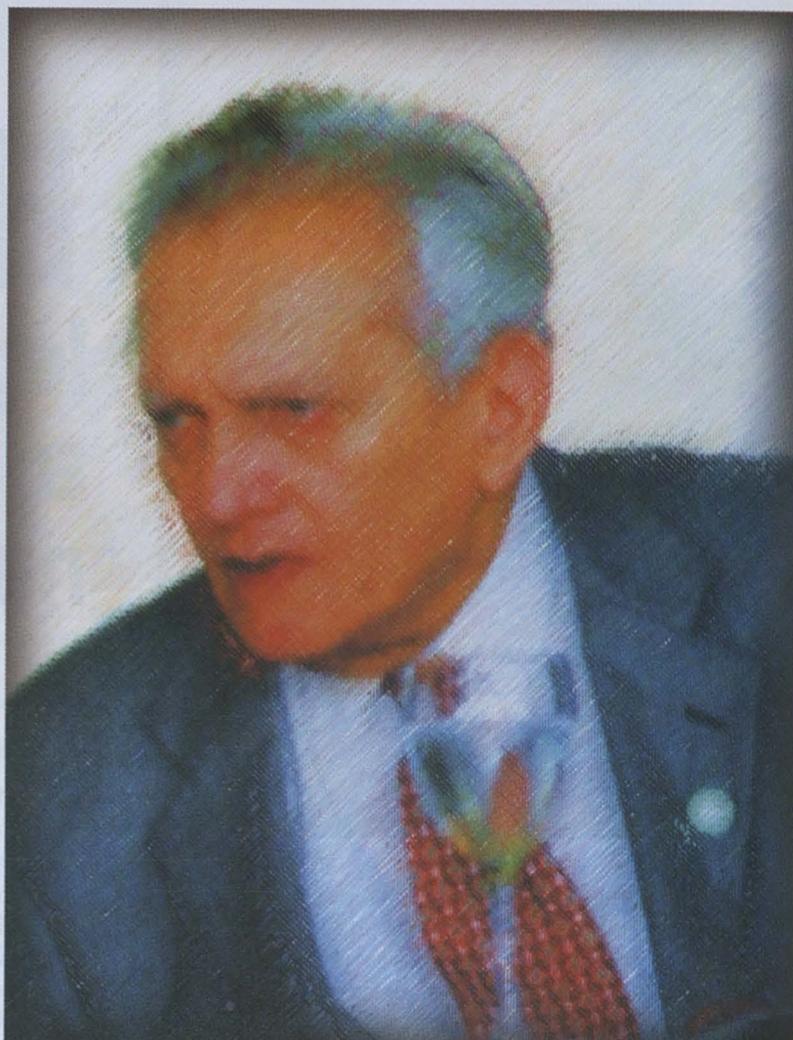


Foto: Marcello Casal Jr / ABr  
Arte: Mauro C. Alvarenga

# Lições de Celso Furtado

**A**S QUESTÕES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO foram o foco da vida intelectual e da ação político-administrativa de Celso Furtado durante quase 60 anos de atividades profissionais. Economista numa época em que ainda não havia cursos de

economia no país, Celso Furtado enfronhou-se nesses assuntos econômicos a partir de sua formação em Direito e de seu interesse pela História e pelos assuntos sociológicos. Antes de completar 30 anos, já com nível de doutorado adquirido em Paris, estava integrando, em 1948, a recém-formada equipe da Comissão Econômica para a

América Latina, a Cepal, recém-instituída pelas Nações Unidas para estudar a economia do subcontinente e planejar o desenvolvimento regional. “Fui um pioneiro no estudo do planejamento (quando estava na CEPAL/ONU, no Chile, nos anos 50). Essa técnica foi a única que as Nações Unidas elaboraram até hoje”, relembrou Furtado em entrevista a **cadernos do terceiro mundo**, em 1998. Pela ONU, dirigiu missões de planejamento na Venezuela, Chile, México, nos anos 50.

Celso Furtado representava uma corrente de economistas envolvidos com o desenvolvimento e com as conseqüências das decisões sobre a sociedade. Por isso, repetia estranhar os economistas sem senso social.

Há quase 60 anos, seu livro “Formação Econômica do Brasil” é texto indispensável nos cursos universitários brasileiros, oferecendo uma interpretação rica da evolução da nossa sociedade, a partir dos estágios econômicos que o país atravessou.

Criador da Sudene e impulsionador do pensamento do desenvolvimento regional para a superação das desigualdades internas, Celso Furtado dirigiu o órgão de desenvolvimento nordestino nos Governos Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Foi, também, o primeiro Ministro do Planejamento do país, sob Jango, quando preparou o Plano Trienal de Desenvolvimento, que previa reformas amplas para possibilitar o rápido desenvolvimento nacional. Cassado pelo movimento militar em 1964, tornou-se de vez um cidadão do mundo, lecionando em universidades de diversos países.

A seguir, lembramos uma histórica entrevista que Celso Furtado concedeu ao jornalista José Augusto Ribeiro e que **cadernos do terceiro mundo** publicou na edição 208 (setembro-outubro de 1998, páginas 14 a 21).

## Planejando o desenvolvimento

“O plano (Plano Trienal), primeiro planejamento econômico do país e que envolvia reformas, controle flexível da inflação e sustentação do crescimento, previa reduzir a inflação ao nível de 10% ao ano, considerando que esse era o mínimo alcançável com a economia crescendo. Para preservar o crescimento, era preciso flexibilidade que, numa economia subdesenvolvida, não se pode obter com a estabilidade total. Eu sei que poucos economistas entendem isso. Não fazem diferença entre uma economia homogênea, desenvolvida, como a americana ou a francesa, e a economia subdesenvolvida (...). Na América Latina, era a primeira vez que se fazia um plano com desenvolvimento macroeconômico.”

## Real, a inflação invisível

Enquanto muitos elogiavam a paridade real-dólar e virava doutrina oficial desprezar superávits comerciais, Celso Furtado alertava para a situação de engodo em que se vivia e apontava para os riscos, que logo se confirmariam.

“Déficit do balanço de pagamentos, que inclui o déficit comercial. Isso é que é inflação invisível, que representava 6% e agora (1998) saltou para 7% do PIB, o que significa grande inflação. (...) É verdadeiramente perigoso. Perigoso no Brasil é o desequilíbrio externo”, alertava. Meses depois, ganha a reeleição, o governo de Fernando Henrique Cardoso anunciava a quebra das finanças do país e recorria a empréstimos do FMI – 40 bilhões de dólares. FHC manteria a mesma política suicida de déficits sucessivos e estagnação no segundo mandato e, em 2001, tomaria mais 30 bilhões do FMI.

## Irresponsabilidade financeira

“O problema da economia moderna é que ela passa por uma transformação profunda em dois planos: o do sistema produtivo, que se internacionaliza, e o do sistema monetário financeiro, que passou a ser não só internacionalizado como dominado por forças irresponsáveis – as forças do mercado financeiro, que não têm nenhuma legitimidade e não estão submetidas a nenhum controle. Há portanto estes dois grandes focos de desequilíbrio. (...) O equilíbrio monetário é pago com a vulnerabilidade externa – o que é inaceitável. (...) Nesse quadro tão estranho, o que acontece é que o Brasil se endivida permanentemente e não cresce. Só cresce a dívida.”

## Crise social

“Vivemos a gestação de uma imensa crise social, que vai se apresentar mais cedo ou mais tarde. É o que prevejo para o próximo século. (...) Não se está criando um mundo durável. Está se criando um mundo de concentração, de exclusão e de volatilidade.”

“Desde o século XIX se reconhecia a necessidade de que a sociedade fosse mais humana. Inclino-me a pensar que o ceticismo que se criou no mundo atual é, na verdade, indicação de que o processo histórico novamente se abriu ao exercício da imaginação. (...) Cada povo tem necessidade de abrir seu próprio caminho.”

“Sou de uma geração que sabia que as soluções tinham que ser buscadas por conta própria. (...) O que choca atualmente é que nossas universidades orientam suas melhores cabeças para falsos problemas, alguns muito sofisticados, enquanto problemas como a exclusão social, a concentração de renda e o anacronismo da estrutura agrária são ignorados”. ■

“**Q** S GOVERNANTES SIONISTAS apostaram na divisão e o enfrentamento entre os palestinos após a morte de nosso líder Yasser Arafat. Perderam. O diálogo e a unidade entre nós tem se aprofundado como uma homenagem a quem tanto nos ensinou nesta luta”. A afirmação de Salim Mahmoud Salamah, membro do Comitê Central dos Comitês Populares de Ramallah, mostra o estado de espírito que tomou conta do povo palestino diante do vazio criado pela morte de sua liderança maior. Essa atitude traduziu-se na tranqüila transferência de poderes após a morte de Abu Ammar, como Arafat também era chamado, e na transparente eleição que conduziu Mahmud Abbas à presidência da Autoridade Nacional Palestina, consulta avalizada por numerosos observadores internacionais.

Começa uma nova fase da luta palestina, que por renovadora e amadurecida, poderá abrir as portas para uma outra página da história regional. Mas, no complicado xadrez que é hoje a política do Oriente Médio, para que efetivamente haja uma mudança, outros atores também têm um papel a desempenhar, além das novas autoridades palestinas: as organizações armadas palestinas, de um lado, e os governos de Israel e dos Estados Unidos de outro, e ainda a sociedade civil de cada um desses países.

Com o apoio de 62,3 por cento dos eleitores, Mahmud Abbas - também conhecido pelo codinome Abu Mazen - conquistou um mandato legítimo. Mas agora começa o desafio maior, mostrar resultados na sua gestão, pois não tendo nem o carisma nem a história de Arafat, o seu desgaste poderá ser rápido, caso não consiga cumprir as promesas de campanha.

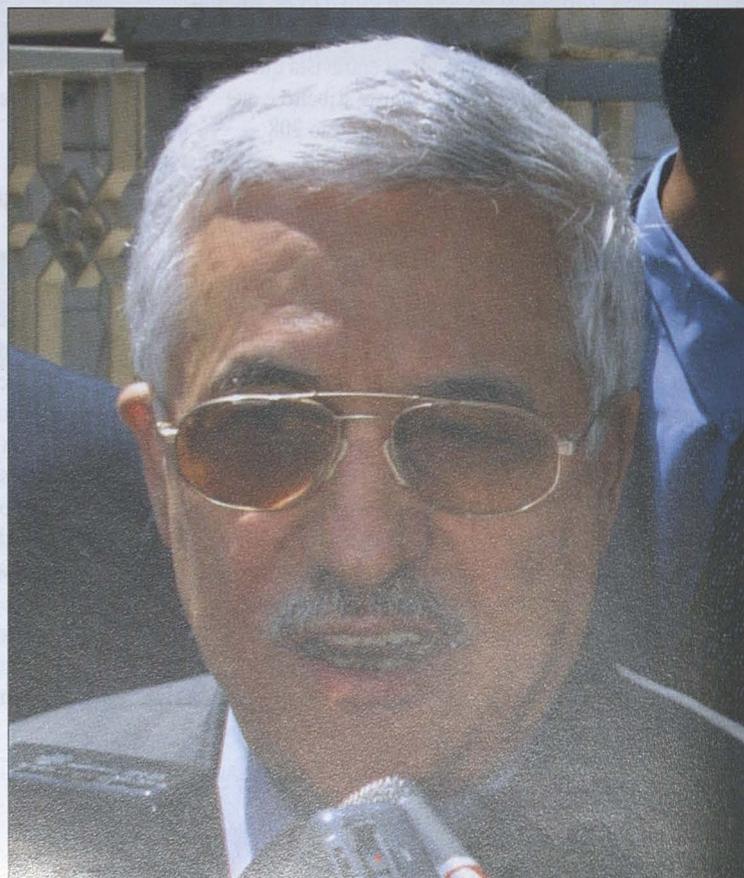
Para um dos primeiros testes, o tempo já está correndo. Antes das eleições, tinha sido acertado que, após a consulta popular, representantes de todas as facções palestinas, entre elas a majoritária Fatah, se reuniriam para negociar um cessar-fogo. O argumento utilizado por Abbas em defesa dessa tese é simples: quatro anos de intifada (rebelião contra a ocupação militar israelense dos territórios de Cisjordânia e Faixa de Gaza) não melhoraram as condições de vida dos palestinos nem contribuíram para aproximar a data da sonhada proclamação do Estado independente. Ao contrário, a população civil vive hoje sob uma ocupação mais violenta e a situação econômica piorou ao ponto que mais de 60 % dos palestinos vivem abaixo da linha de pobreza. O novo presidente defende, então, a saída política.

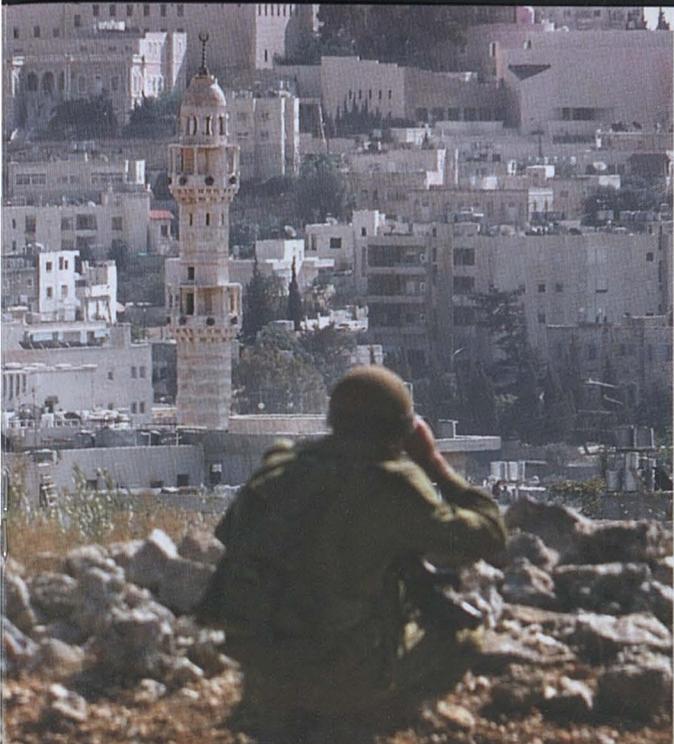
Os palestinos entenderam e apoiaram o seu recado. Mas sabem que ele não tem todas as fichas. Está ainda muito presente na memória a sua renúncia, em 2003, ao cargo de primeiro-ministro, em grande me-

Amadurecida transição política na liderança palestina, traduzida na elogiada eleição de Mahmud Abbas como presidente da ANP, gera um novo cenário e faz com que os olhares se voltem para o premiê Ariel Sharon, de quem dentro e fora de Israel se cobra que não perca esta oportunidade de aceitar o diálogo

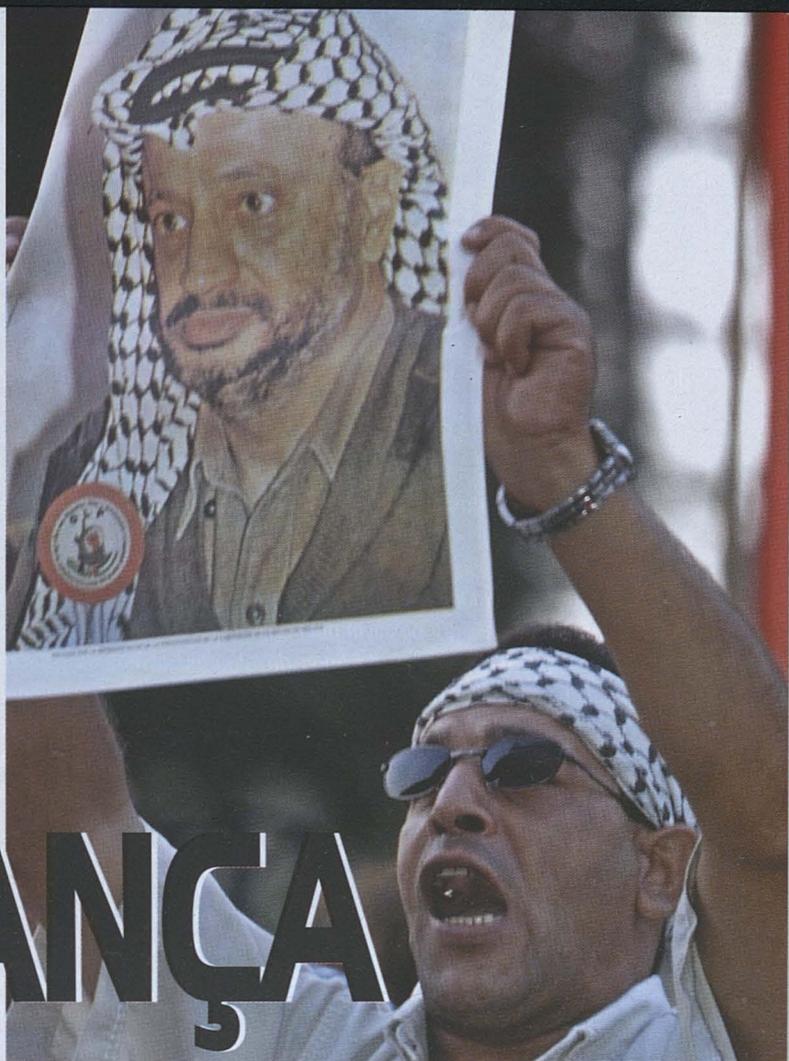


# DISCRETA





Imagens: AFP



# ESPERANÇA

**Beatriz Bissio**



*Contrariando muitos augúrios de desintegração da OLP e enfrentamentos internos, após a morte de Arafat a população palestina ratificou pacificamente nas urnas a eleição de quem era considerado o seu sucessor natural, Mahmud Abbas (foto à esquerda, na página 24). Mas para ele, começam agora os verdadeiros desafios: por um lado, negociar com os grupos armados palestinos uma tregua, para poder reivindicar a volta à mesa de negociação com o governo de Israel. De outro, convencer o premiê Ariel Sharon (foto à esquerda, nesta página) que é possível uma saída política, desde que ele esteja disposto a algum gesto significativo. O maior aliado de Abu Mazen neste momento é o anseio da sociedade civil de Israel e dos territórios ocupados de construir as bases de uma paz duradoura. Uma paz que permita superar o dramático legado dos últimos quatro anos, que dilaceraram a sociedade palestina, criaram em Israel um profundo sentimento de insegurança e está arruinando a economia de ambos os povos*

## “Israel procura levar a população palestina à exaustão”

Publicamos, nesta reportagem, dois diferentes depoimentos sobre a situação dos palestinos, a partir da visão de dirigentes da própria região, um deles árabe, o outro, israelense. O primeiro dos depoimentos é de Issam Kawaja, segundo secretário do Partido Popular de Jordânia. O outro é o depoimento de Issam Makhoul, secretário-geral do Partido Comunista de Israel. (Ver quadro na pág. 28). Ambos foram publicados inicialmente pela revista cubana *Tricontinental*.

**O Partido da Unidade Popular foi fundado na Jordânia em novembro de 1990, dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela Frente Popular desse país árabe. Isso foi possível pela anulação da Lei Marcial e a autorização aos partidos que estavam clandestinos de atuarem livremente. Segundo Issam Kawaja, o seu partido tem dois objetivos estratégicos: no plano regional, estabelecer uma relação estreita entre a Jordânia e a Palestina e entre a Jordânia e os demais países árabes. No plano interno, contribuir para a criação de uma Jordânia democrática e nacionalista, com um projeto social, econômico e político que permita atingir um elevado grau de justiça social.**

“Os meios de comunicação afirmam que Israel ataca em resposta aos atentados palestinos. Isso é mentira”, diz. “Quem acompanha o acontecer regional sabe que Israel não necessita de pretextos para atacar. Mata todos os dias.

Quando podem, os palestinos respondem com ações de resistência; mas a mídia publica a notícia como sendo ao contrário.”

“Os palestinos estão sendo aniquilados. Foram assassinados 270 dirigentes de primeira, segunda e terceira linha e quadros importantes da resistência. Há mais de 7.500 deles presos. A última Intifada tem 3.500 mártires, mais de 50 mil feridos, milhares de civis mutilados. Fala-se em um milhão 134 mil árvores arrancadas, fundamentalmente de oliveiras, símbolo da terra palestina e vital fonte de sobrevivência econômica.

Doze centros escolares e universitários estão fechados, destruídos parcial ou totalmente. Essas e outras cifras fazem pensar que se trata de uma destruição sistemática.”

Com relação às forças palestinas, Kawaja assinala que o processo de unidade sofreu muitos abalos, mas continua viável. “É sabido que dentro da OLP e da Autoridade Palestina existe corrupção em muitos níveis. A saída é formar uma direção unificada, onde estejam representadas todas as organizações palestinas, patrióticas, democráticas, de esquerda, com um projeto definido, e eliminar todos os elementos negativos. A mesma firmeza que se utiliza com relação à ocupação deve ser usada no combate à corrupção. Perante a ocupação, a saída é manter a resistência, não abandonar a terra ocupada. Talvez esta geração alcance a vitória; se não, será a próxima”.



A palavra de ordem é não abandonar a terra, por dura que seja a repressão

dida pela impossibilidade em extrair qualquer tipo de concessão substancial do primeiro-ministro Ariel Sharon, após ter conseguido uma declaração de cessar-fogo por parte dos grupos palestinos.

A prometida libertação de prisioneiros políticos limitou-se a uns poucos presos que estavam por completar sua sentença ou eram palestinos detidos por permanecerem em Israel sem permissão. O novo impasse político alimentou mais um ciclo de protesto palestino, duramente reprimido por Israel.

Após a eleição, Sharon telefonou a Abbas para cumprimentá-lo, mas reiterou sua tradicional advertência de que cabia ao novo presidente da ANP combater o terrorismo. Propositivamente, Sharon eximia o seu governo de qualquer responsabilidade pelos atentados cometidos pelos palestinos, carregando-os na conta da ANP. Nesse faz de conta, fingia ignorar que o maior alibi dos grupos que praticam a violência é a sistemática falta de vontade política do governo israelense de honrar os acordos internacionais. O mais ambicioso deles, o Acordo de Oslo, rendera para o então primeiro-ministro Yitzhak Rabin, o chanceler Shimon Peres e Yasser Arafat, o Prêmio Nobel da Paz. Hoje, Oslo é letra morta.

Um primeiro sinal de que o clima de distensão não tinha bases sólidas veio logo na véspera da tomada de posse de Abbas, quando três homens armados atacaram o muro construído na fronteira de Is-

Imagens: AFP





Os pacifistas israelenses defendem a negociação com a ANP, que passa pela retirada dos assentamentos judeus em território palestino

rael e a Faixa de Gaza. Seis israelenses foram mortos pelos atacantes, antes de eles próprios serem mortos.

O governo israelense suspendeu as relações com a Autoridade Nacional Palestina, mandou fechar as três passagens de entrada e saída da Faixa de Gaza (uma delas, na fronteira com o Egito) e matou sete palestinos, em Gaza, dos quais só dois eram militantes políticos. Acostumado nos últimos anos a impor uma estratégia unilateral, Sharon não mostrava, nesse início de gestão de Abbas, estar inclinado a aceitar negociações bilaterais.

## AS ALTERNATIVAS

Os analistas da política do Oriente Médio sabem que apesar de ser grave a

situação no Iraque, o conflito palestino-israelense continua sendo uma das principais causas do sofrimento e da instabilidade política que vive a região. Eles têm a convicção de que, a médio prazo, a única solução duradoura e justa será tornar realidade a fórmula proposta pela ONU há décadas: a coexistência de dois Estados, um palestino, outro israelense.

Mas, para sair do impasse atual, há sobre a mesa várias propostas. A mais badalada e citada pela mídia é o plano da Mapa do Caminho, que nasceu como uma solução intermediada pelos Estados Unidos, a União Européia, Rússia e a ONU. Tal vez seja a saída possível, a curto prazo, mas está longe de ser um plano justo, pelas enormes concessões que arrancaria dos palestinos.

O plano, que ao menos verbalmente conta com o apoio de Sharon, fala na existência de "dois estados". Porém, os palestinos ficariam confinados em peda-

ços de território, espécie de cantões, distribuídos em pouco menos da metade do território da Cisjordânia, isolados entre si, e na Faixa de Gaza. A médio prazo, a situação se tornaria insustentável.

Sharon está negociando com setores políticos de seu próprio governo uma forma de retirada da Faixa de Gaza, mas não se trata de uma desistência da política de incentivo aos assentamentos judeus em terras palestinas. "Israel vai investir dezenas de milhões de dólares em assentamentos na Cisjordânia", assinalou recentemente o ministro das Finanças israelense, o ex-primeiro-ministro Benjamin Netanyahu.

Há ainda uma segunda proposta, que surgiu do seio das sociedades civis israelense e palestina, a partir de sigilosas negociações que aconteceram ao longo de 2004 (ver matéria "Estados Unidos no pântano gerado pela prepotência", edição 248, pág. 43). É o plano que está sendo chamado de Acordo de Genebra, porque foi oficialmente apresentado à comunidade mundial nessa cidade, em dezembro pasado, por um grupo de eminentes negociadores palestinos e israelenses. A proposta inclui um detalhado programa para um intercâmbio de terras e prevê medidas para o retorno dos refugiados palestinos e até um estatuto para Jerusalém.

*A sociedade palestina não esqueceu que a postura inflexível de Sharon, recusando-se a qualquer gesto conciliador, levou à renúncia de Abbas ao cargo de primeiro-ministro em 2003, criando um novo impasse político e alimentando mais um ciclo de protestos palestinos, duramente reprimidos por Israel*



## “Sharon bloqueia o processo de paz”

**P**ara Issam Makhoul, secretário-geral do Partido Comunista de Israel, a retórica do governo Sharon, de fazer do país um “refúgio seguro para os judeus de todas partes do mundo”, fica questionada pela insistência em manter a ocupação dos territórios palestinos. Isso estaria impedindo a “paz justa” e tornando Israel “o local mais perigoso para os judeus”.

Makhoul assinala que hoje em dia “em Israel há uma minoria árabe – 20% dos habitantes do país – e há ainda os não-árabes. O trabalho mais humilde, de menor remuneração, é feito por trabalhadores estrangeiros. Não são os judeus que defendem a causa sionista os que hoje trabalham para construir Israel, mas a mão-de-obra importada da Romênia, das Filipinas, da Tailândia e outros lugares. Os kibutz, que reafirmavam o caráter judeu do Estado, têm se deteriorado ao extremo.”

“Como falar hoje do caráter judeu do Estado de Israel? São palavras vazias”, diz Makhoul. “Só serve para afastar os árabes, os não-judeus, de maneira racista. Para não legalizá-los, oferecem-lhes só cidadania temporal.” Ele denuncia, ainda, que mesmo alegando apoio ao plano de paz apresentado por EUA, a UE, Rússia e a ONU, o governo de Israel se opôs a 14 pontos do plano. “Na prática - afirma - Israel está ampliando os assentamentos. O que busca, junto com Estados Unidos, é criar uma nova fonte de legitimidade internacional, que não seja a ONU.”

Segundo o secretário-geral do PC de Israel, o governo de seu país “disputa com os palestinos o lugar de vítima, desvirtuando a realidade e dando a idéia que eles respondem aos terroristas, quando na verdade, a ocupação e a repressão constante são as fontes da violência e do terrorismo na região. É Israel que, de maneira sistemática, pratica todos os dias o terrorismo de Estado. Israel não enfrenta o terrorismo, está enfrentando a sociedade civil palestina. Já destruiu sua infra-estrutura. Agora trabalha pela destruição sistemática de toda a economia palestina. Trata de liquidar as aspirações do povo palestino à independência. Utiliza armas pesadas por mar, terra e ar.

Makhoul faz um apelo à comunidade internacional: “Acordem! Não podem apoiar essa impostura, ignorando os direitos do povo palestino, em favor da vida de outro povo.” E afirma: “O nosso partido opõe-se à morte de civis israelenses. Queremos que os israelenses vivam em segurança. Mas a segurança israelense passa pela segurança palestina. Temos contatos fraternais e permanentes com o povo palestino. Trabalhamos com as forças palestinas e israelenses amantes da paz e reagimos diante da posição do governo, que há quatro anos alega não existir um interlocutor palestino viável. Nós demonstramos que há um parceiro e há base política para a busca de alternativas, para superar o círculo vicioso de morte e repressão. O que não tem havido é um parceiro israelense para o processo de paz. (...) É necessário bloquear Sharon politicamente. Ele tem sido o grande obstáculo para a paz justa que interessa aos palestinos e israelenses.”



Makhoul: “Israel destruiu a infra-estrutura palestina. Agora trabalha pela destruição da economia”.

Nem um nem outro plano contemplam, como lembrou Noam Chomsky em recente artigo, “nenhuma medida para diminuir o desequilíbrio em poderio militar e econômico entre Israel e um eventual Estado palestino, e outras questões bastante cruciais.”

Uma importante parcela da opinião pública israelense concorda hoje em que a solução para a paz na região é a existência de dois estados, em concordância com as exigências legais históricas da comunidade internacional.

Pesquisas recentes também revelam que a maioria da população dos Estados Unidos aceita um acordo de paz que esteja baseado na existência de dois Estados. Em janeiro passado, integrantes da Iniciativa Nacional Interreligiosa para a Paz no Oriente Médio fizeram um apelo ao presidente Bush para enviar um delegado de alto nível ao Oriente Médio, com a missão de trabalhar na promoção do diálogo entre o governo de Israel e a Autoridade Nacional Palestina. A instituição está formada por líderes de 25 organizações islâmicas, judias e cristãs dos EUA (<http://www.walktheroadtopeace.org>).

Dennis Ross, antigo enviado para o Oriente Médio de George Bush pai e Bill Clinton, apóia a iniciativa dos líderes religiosos. “Este é um momento adequado para pôr fim à guerra. Se não mudarmos a situação em seis a nove meses, esta oportunidade terá sido perdida”, advertiu Ross.

Os próximos meses vão mostrar até que ponto há bom senso nos diferentes protagonistas para aproveitar a conjuntura atual e avançar no rumo de uma solução negociada. Abbas poderá conquistar o reconhecimento internacional se tiver habilidade e coragem para reformar a ANP (tornando-a ainda mais democrática), combater a corrupção e pressionar Ariel Sharon a voltar à mesa de negociações. Se Abbas comprometer os diferentes grupos palestinos com a saída política, terá autoridade para convidar o governo israelense a fazer a sua parte. ■

## O MURO

Transcrevemos abaixo uma versão resumida do artigo escrito em 2004 pelo prestigioso jornalista israelense Uri Avnery, que descreve as conseqüências da construção do muro, separando os territórios palestinos e Israel. Apesar de escrito há alguns meses, continua atual, pois a situação não só não se modificou como ficou ainda mais grave, tanto do ponto de vista econômico como social.



Imagem: AFP

*O muro inviabiliza a economia palestina e cria cantões isolados entre si, que lembram os bantustões da época do antigo regime racista sul-africano*

# O Pesadelo cumpriu-se

Uri Avnery

**P**ENSAVA QUE ERA TERRÍVEL. Estava errado. É muito, mas muito pior! Fui a Kalândia. Por debaixo de mim corria uma estreita rodovia, cheia de palestinos sob um sol escaldante, 30 graus à sombra (mas não tinha sombra), caminhando com dificuldade até o posto de controle militar. Em pouco tempo, esta rodovia será alargada para comportar mais três pistas e ficará reservada só para os israelenses. Em ambos os lados dela, um muro de 8 metros de altura será levantado. Ele permitirá aos colonos do vale do Jordão chegar a Tel-Aviv em uma hora. Os palestinos que vivem de um e outro lado dela ficarão isolados.

Esta é uma parte da nova realidade que está sendo criada rapidamente na Cisjordânia. A-Ram um dia foi um pequeno povoado na periferia de Jerusalém, na rodovia norte, que leva a Ramallah. Desde que os sucessivos governos israelenses impediram os palestinos de Jerusalém Oriental de construir novas casas, o severo adensamento populacional forçou um êxodo massivo para a-Ram, que cresceu até transformar-se em uma cidade de 60 mil habitantes. A maioria deles ainda é, oficialmente, residente em Jerusalém, portadora do documento de identidade

azul dos habitantes de Israel. Isso lhes permitia ir a Jerusalém, de carro, em 10 minutos, trabalhar lá, atender seus negócios, ir ao hospital ou à universidade.

Isso vai acabar. Ao longo da velha estrada Jerusalém-Ramallah (que leva a Nablus e Damasco), a construção do muro está começando. Ele não cruza a estrada, a acompanha em todo o seu comprimento. Os habitantes de a-Ram, a leste do muro, não só ficarão separados por completo de Jerusalém como também de todos os povoados e vilas ao oeste; de seus familiares, de seus lugares de trabalho, das escolas que milhares de crianças frequentam e de seu cemitério. Uma pequena parte de a-Ram ficará fora do muro e será separada da parte principal da cidade à qual pertence.

Mas isto é só um detalhe. Em conseqüência do muro, a-Ram ficará rodeada por todos os lados. A única saída será uma estreita ponte que leva a vários povoados palestinos, que por sua vez serão rodeados por outra barreira. Este enclave terá uma estreita saída ao enclave de Ramallah. Mesmo que fosse possível para uma pessoa de a-Ram chegar a Ramallah, Deus o queira, o fará por uma volta de uns 30 quilômetros, em vez dos dez minutos que levava antes.

Para a-Ram será um duro golpe. Devido a sua localização, tinha se transformado nos últimos anos em uma espécie

de ponto de transbordo para as mercadorias que iam de Israel à Cisjordânia e vice-versa. Israelenses e palestinos faziam lá os seus negócios. Isso vai terminar. Os meios de sobrevivência para muitos dos sessenta mil habitantes desaparecerão.

Este é só um exemplo do que está acontecendo em toda a Cisjordânia, convertida em um louco tapete de enclaves sitiados, "conectados" por pontes ou estradas especiais, que podem ser cortadas a qualquer momento, de forma arbitrária, pelo governo israelense ou o chefe local do exército. Estarão rodeadas por rodovias de uso exclusivo de israelenses, assentamentos em expansão e instalações militares. Cada cidade palestina - Jenin, Nablus, Tulkarem, Belém, Hebrón entre outras - vai se converter na "capital" de seu pequeno enclave, separado de todos os outros, exceto por tortuosas e indiretas rotas. Cinquenta e cinco por cento (55%) da Cisjordânia será israelense: os enclaves palestinos representarão quarenta e cinco por cento (45%), dez por cento (10%) da Palestina histórica.

Isto não é um pesadelo do futuro: acontece agora. Quase nenhum israelense tem idéia disso tudo. Acontece possivelmente a um quilômetro de seus lares (em Jerusalém, por exemplo), mas é como se fosse na face oculta da lua. A imprensa não está interessada, nem o mundo. ■



Fotos: Beatriz Bissio

Ele ousou sonhar com o Estado Palestino quando essa parecia uma quimera. Mohammed Abdel-Raouf Arafat As Qudwa al-Husseini fundou em 1958 junto com alguns amigos e colegas da faculdade de Engenharia da Universidade do Cairo, onde estudava, a organização Al-Fatah, que no ano seguinte lançou uma revista, convocando os palestinos a lutarem pelos seus direitos. Já formado, em 1964, Arafat se instala na Jordânia, para dedicar-se de cheio, à luta pelo direito a uma pátria independente.

Coincidentemente, também em 1964 a Organização para a Libertação da Palestina, OLP, era criada sob o patrocínio da Liga de Estados Árabes, e por inspiração, fundamentalmente, do presidente Gamal Abdel Nasser, do Egito. Depois da derrota dos árabes em 1967, na chamada Guerra dos Seis Dias, contra Israel, a Al Fatah - antes considerada muito radical - foi admitida na OLP. Arafat foi proclamado presidente do Comitê Executivo da organização, que passava a ter uma vida independente da até então forte influência dos Estados árabes.

Na Jordânia, no Líbano, na Tunísia e, finalmente, nos territórios ocupados, Arafat chefiou desde então a organização que reúne todas as forças palestinas até a sua morte, em 11 de novembro de 2004.

Incansável, negociador duro quando necessário, porém flexível e até moderado se enxergasse uma possibilidade de diálogo, passou a ser o símbolo da resistência palestina.

Yasser Arafat, também conhecido por seu nome de guerra Abu Amar, concedeu várias entrevistas exclusivas a **cadernos do terceiro mundo**. A primeira delas em Beirute, em março de 1980, quando recebeu os enviados especiais da revista, Neiva Moreira e Beatriz Bissio. Nessa altura, a Organização para a Libertação da Palestina tinha sede na capital libanesa, de onde foi expulsa em 1982, no marco da invasão israelense ao Líbano, que tão elevado custo em vidas e em destruição teve para libaneses e palestinos.

Nos anos seguintes, Arafat seria ainda entrevistado mais duas vezes por esses jornalistas, uma segunda vez já na Tunísia, onde a OLP se instalou após a saída de Beirute, e uma terceira em Argel, durante um Congresso palestino. Arafat concederia ainda uma quarta entrevista ao jornalista Moacir Werneck de Castro, também enviado especial de **cadernos**. Nesta edição, a primeira após a morte do líder palestino, em homenagem a sua luta, reproduzimos um resumo da entrevista de 1980, originariamente publicada no Nº 24, de junho daquele ano, a primeira edição de **cadernos** a circular no Brasil.

fat:

# "O sangue vence o aço"

Relembre a entrevista exclusiva que o desaparecido líder da OLP concedeu a cadernos em 1980, pressentindo a violência da ação israelense no Líbano

**B**EURUTE 03/1980 - São onze e meia da noite e uma voz nos chama: "Preparem-se. Estamos aqui embaixo (na recepção do hotel). Em dez minutos saímos para a entrevista com Abu Amar".

A essa hora Beirute está deserta. Parece uma cidade comum, que dorme. Somente as sombras das peças de artilharia, que se divisam em algumas esquinas, lhe dão esse perfil marcante da guerra. Não há policiais pedindo identificação em nenhuma parte do caminho, ao contrário do que ocorre durante o dia. Somente quando reconhecemos a área da cidade onde estão os diferentes escritórios da OLP — nas proximidades da Universidade Árabe de Beirute, fundada por Gamal Abdel Nasser — um guarda palestino nos dá a primeira voz de alto.

Passamos pelo posto e damos algumas voltas pela área, esta, sim, extremamente vigiada. No edifício onde Yasser Arafat nos receberia, os guardas estavam muito bem armados. Lá em cima, uma atividade febril. Todos homens. A ausência de mulheres no

prédio — que cheira a quartel-general — dá um toque muito árabe.

Arafat estava quase dois dias sem dormir. "Estou aqui com apenas duas horas de sono nas últimas 48 horas de intensa atividade no Irã", disse. O Presidente da OLP havia sido o principal convidado do Governo Revolucionário do Irã para as festividades do primeiro aniversário da deposição do xá. O aiatolá Khomeiny o havia recebido em seu leito do hospital, fazendo-lhe assim uma especial demonstração de sua solidariedade com a luta do povo palestino. As chuvas em Teerã, que no momento do desfile ameaçaram estragar os festejos, haviam afetado Arafat que, além do cansaço, sentia um certo mal-estar causado pela febre. Mesmo assim, os quinze minutos programados para a nossa conversa se prolongaram por mais de uma hora. Os olhos de Abu Amar brilhavam à medida que ia se apaixonando pelos temas, transmitindo um carismático poder de comunicação.

Na ampla sala, uma mesa de conferências, que dava a impressão de ter sido

usada há poucos momentos, estava enfeitada com um formoso escudo palestino - bordado pelas mulheres da resistência nos territórios ocupados -, uma foto de Jerusalém, outra de Khomeiny e um emblema da Frente Sandinista de Libertação Nacional.

O clima de tensão, provocado no Líbano pelos insistentes ataques da aviação israelense sobre Beirute e áreas do sul do país foi o principal tema da entrevista. No entanto, Arafat falou também da proposta de criação de um Estado palestino independente. E como não podia deixar de ser, Arafat analisou a visita que acabara de fazer ao Irã.

**Os jornais de todo o mundo se referiram a sua visita a Teerã como mais uma demonstração dos crescentes laços de solidariedade entre a revolução iraniana e a resistência palestina...**

**YASSER ARAFAT** - Eles são verdadeiros revolucionários. E, por isso, não está sendo fácil para eles o presente, assim como foi alto o preço que tiveram que pagar pela vitória (contra o xá). Somente em um dia perderam cinco mil patriotas. E os crimes cometidos com a participação de peritos norte-americanos foram muito grandes. Há um ditado que diz que "o sangue vence o aço". Que significa no caso do Irã? Que rios de sangue enfrentaram as forças militares. Nós esperávamos todos

esses problemas que hoje eles estão enfrentando. Toda verdadeira revolução enfrenta problemas temporários. Mas não devemos esquecer que, em menos de um ano, eles alcançaram um grande êxito, aprovando a Constituição, e agora, elegendando o primeiro Presidente do Irã nos últimos mil anos! Isto basta para mostrar que esta é uma solução. Logo terão também seu Parlamento eleito democraticamente.

#### **Sobre que bases se assenta a solidariedade iraniano-palestina?**

YA - Uma das metas da revolução do Irã é apoiar todos os povos oprimidos do mundo. Mas não só os povos muçulmanos: todos os povos oprimidos. Nessa minha última visita, discutimos esse assunto: como, com que métodos, através de que caminhos. Há um preceito no Alcorão que fala do apoio aos povos oprimidos, e eles dão ênfase a esse ponto.

#### **No ano passado, você fez uma série de viagens, particularmente a países da Europa Ocidental, no que poderíamos chamar de uma ofensiva diplomática da OLP em áreas que antes pareciam ser aliadas sólidas do Estado de Israel. Qual a sua avaliação dessas visitas?**

YA - Tivemos êxito, sensibilizando muita gente sobre a situação de nosso povo e desmascarando a política do regime israelense, suas agressões contra nosso povo, seu papel real de testa-de-ferro dos norte-americanos, defendendo seus interesses na região. Também denunciemos seus crimes contra a população civil, contra nossas crianças, usando armas altamente sofisticadas, algumas delas proibidas, como as bombas de fragmentação, bombas plásticas, napalm e outras de que nem sequer sabemos o nome. Também tivemos êxito em fazer com que organizações e Estados reconhecessem a OLP como o legítimo representante do povo palestino, com nossas metas de um Estado Palestino independente, um país livre que deseja o regresso a nossa pátria de todos aqueles que foram expulsos do território

nacional (60% da população palestina) e perseguidos pela junta militar israelense.

#### **A questão palestina é o centro da discussão dos acordos de Camp David. Como você vê o desenvolvimento futuro dessa estratégia para o Oriente Médio?**

YA - Camp David chegou a um impasse. Não sou eu que afirmo. Círculos europeus e norte-americanos denunciaram Camp David como uma conspiração contra o povo palestino. Esta foi também a declaração da VI Reunião de Cúpula do Movimento Não-Alinhado, realizada em 1979, em Havana. A ONU se pronunciou no mesmo sentido. Isto é muito importante.

No entanto, na minha opinião, os norte-americanos, os israelenses e Sadat (o presidente egípcio Anwar Sadat-NR) - veja bem, não digo os egípcios, digo Sadat - continuam seus esforços para concretizar essa conspiração, cuja meta é a escravidão para o meu povo. O autogoverno que se propôs em Camp David, como solução para o problema palestino, não nos interessa. Não é autodeterminação. É auto-administração. Não teríamos possibilidade de controlar a terra, nem sequer as fontes de água que nos serviriam. Eu pergunto, existe algum caso no mundo de uma cidade que não possa controlar as fontes da água que bebe.

É verdade que alguns Estados europeus mencionam o direito do povo palestino de ter uma pátria. Mas não passa disso: slogans. Eles estão apoiando os israelenses. Dão a Israel respaldo econômico, financeiro, militar, político e diplomático. Começamos a perceber, no entanto, ligeiras mudanças na opinião pública ocidental.

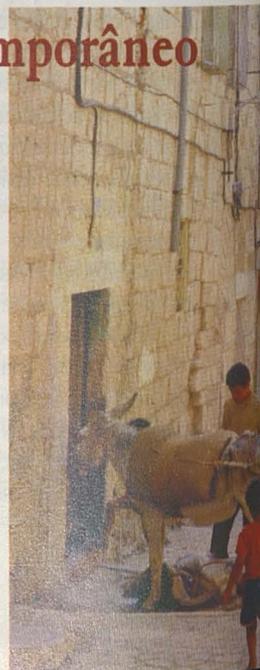
#### **Você acredita que o Estado Palestino é viável?**

YA - Eu sou o Presidente da OLP e fui eleito de acordo com um certo programa. Um dos pontos importantes do nosso programa, aprovado nas últimas sessões do Congresso Nacional da OLP, define que os palestinos têm o direito de estabelecer um Estado independente em qualquer lugar da Palestina abandonado pelos israelenses ou que tenha sido libertado. De acordo com essa resolução, estamos lutando para torná-la viável.

**Nas últimas semanas, a tensão no Líbano chegou ao auge. Em que direção esta situação poderá evoluir? Nós visitamos, dias atrás, as cidades de Tiro, Saida, Nabatieh e a frente sul. Lá a expectativa era de um recrudescimento das hostilidades israelenses, confirmada pelos recentes bombardeios, particularmente em Tiro.**

## **Palestina, um drama contemporâneo**

*Em dezembro passado, convidada pelo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade (CAALL) e a Universidade Cândido Mendes, a nossa diretora, Beatriz Bissio, montou na galeria dessa Universidade no centro do Rio de Janeiro, a mostra fotográfica Palestina: Um drama contemporâneo, com mais de trinta fotos suas, colhidas ao longo de duas décadas de cobertura da realidade no Oriente Médio. A abertura da mostra contou com a participação do embaixador da Palestina em Brasília, Dr. Mussa Amer Odh, do reitor Dr. Cândido Mendes e da Diretora do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, Maria Helena Arrochellas. As fotos ao lado, fazem parte da mostra.*



YA - Estiveram lá? Ótimo. Mas aquilo não é nada, em comparação com o que já vivemos aqui. Os israelenses afirmaram que vão intensificar a concentração de suas tropas na frente norte (de Israel). Autoridades militares, como o Ministro da Defesa de Israel, Ezer Weizmann, e o Chefe do serviço secreto israelense, afirmaram que iam perseguir os palestinos com operações especiais. E, recentemente, foram feitas importantes declarações: brigadas militares, com unidades pára-quedistas, estariam se preparando para atacar alvos civis. Isto é muito sério. Falou-se também em intervenção para proteger os cristãos no norte e no sul do Líbano. Que quer dizer isto? A questão não é ficar a favor nem contra os cristãos. Não podemos nos esquecer que os israelenses participaram, com as falanges, de uma operação muito suja, quando mataram o filho do ex-Presidente Frangié com toda sua família e não deixaram nenhum corpo com vida na área. Todas as vítimas eram cristãs! Mesmo assim, Weizmann disse que “nossas tropas no norte (de Israel) estão em completo estado de alerta”. Tenho aqui, nas minhas mãos, uma informação israelense de alto nível sobre a situação no sul do Líbano. Fala do armamento palestino. É uma declaração muito importante, porque foi feita no Parlamento (Knesset), no Comitê de Segurança e de

Relações Exteriores. Este Comitê só se reúne em situações de emergência.

### **Vocês esperam acontecimentos graves num futuro próximo?**

YA - Esperamos novas agressões. Tenho lido informes da inteligência israelense sobre a situação de sua frente norte. Eles falam dos preparativos das nossas tropas e das tropas sírias. Essa é uma manobra para encobrir seus próprios movimentos. É natural que nós estejamos nos preparando, quando eles não escondem suas intenções.

### **Os incidentes recentes em Beirute estariam vinculados com essa ofensiva?**

YA - Sim, com certeza. Estão falando abertamente de uma coordenação com as falanges (a extrema direita libanesa - NR) em Beirute e no norte do Líbano. Já existem alguns peritos (israelenses) aqui, no departamento de segurança das falanges. (O primeiro ministro de Israel Menagem) Begin afirmou que havia oferecido dinheiro, mais de um bilhão de libras libanesas — além do apoio militar em armas, tanques e artilharia — às falanges libanesas.

### **Considera que um ataque neste momento pode desencadear um conflito mais global no Oriente Médio?**

YA - No nosso quartel-general, te-

mos que colocar sobre a mesa todas as hipóteses. Temos que trabalhar com todas as probabilidades.

### **Você acredita que os norte-americanos estariam interessados numa explosão generalizada no Oriente Médio?**

YA - Napoleão disse uma vez que é extremamente difícil combater ou enfrentar um general estúpido, porque nunca se sabe como ele poderá reagir, nem onde, nem quando. E eles, na minha opinião, são estúpidos.

### **Como você vê a correlação de forças entre os israelenses e a resistência palestina?**

YA - É óbvio que, em todas as lutas que tivemos com os israelenses, havia uma terrível disparidade de forças. Não se pode comparar. Recordo-me que, no ano passado, Ezer Weizmann, numa intervenção no Parlamento israelense, disse: “Estes palestinos têm que entender que nós temos mais artilharia do que eles”. É verdade. Mas nós temos determinação. Um líder norte-americano no Vietnã pediu, uma vez, à administração em Washington que lhe fornecesse 3.000 aviões de vários tipos. Afirmou que, logo que recebesse essa quantidade de aviões, estaria em condições de vencer os vietnamitas. Quais foram os resultados? O embaixador norte-americano em Saigon se viu obrigado a fugir num desses aviões.

### **Perguntamos isso, porque notamos em você cansaço, mas nenhuma preocupação.**

YA - Podem estar tranquilos. Nós sabemos que o balanço de forças pende para o lado deles. Porque nós não estamos enfrentando Israel, estamos enfrentando os Estados Unidos. Estamos enfrentando os países de Ocidente que apoiam e armam Israel. Mas como já mencionei, a questão não está nas armas. Mas, sim, na determinação de vencer. E isso nós temos. Mais cedo ou mais tarde, haveremos de alcançar nossa vitória. ■

*Beatriz Bissio e Neiva Moreira*



À esquerda: Uma Ruela de Jerusalém. À direita: Vista de um campo de refugiados palestinos no sul do Líbano. À direita, embaixo: Três gerações de refugiados palestinos





Imagens: AFP

# Mais agressões esperadas com Bush

**Reeleição de George W. Bush e mudanças nos principais cargos indicam que Estados Unidos terão uma política externa ainda mais agressiva nos próximos anos**

*Memélia Moreira*

**N**O MOMENTO EM QUE CONFIRMOU A PERMANÊNCIA do empresário Donald Rumsfeld no comando da Secretaria de Segurança dos Estados Unidos (que corresponde à chefia do Pentágono), o presidente reeleito dos Estados Unidos, George W. Bush mandava também uma mensagem clara a todos os povos e

governos do Ocidente e do Oriente, Norte e Sul da Terra: a maior potência do mundo não pretende dar tréguas na sua tentativa de conquistar a hegemonia incontestável do planeta. Rumsfeld, que já ocupara anteriormente o mesmo cargo, durante a administração do presidente Gerald Ford foi o arquiteto da guerra do Iraque e agora tem sua posição reforçada por Condoleezza Rice, que vai substituir Colin Powell, na Secretaria de Defesa. Powell, que prefere a política do diálogo, entrou em choque com



Condoleezza Rice introjetou o pensamento mais conservador do estrato branco e defende uma posição imperial para os EUA

Rumsfeld e o vice-presidente Dick Cheney durante todo seu período à frente da Secretaria de Defesa.

O tripé da segurança norte-americana foi construído sobre os “falcões”, nome pelo qual são conhecidos os funcionários da Casa Branca favoráveis ao uso da força militar. Por causa dessas escolhas, não há muita dúvida sobre a pressão que será exercida contra o Irã e a Coreia do Norte e, no continente americano, contra Cuba e Venezuela. Cuba já começou inclusive a fazer seus treinamentos para uma provável invasão americana.

Para a área externa, Donald Rumsfeld e Condoleezza Rice. A futura secretária da Defesa, de 50 anos, é doutora pela Universidade de Stanford, especialista em política da ex-União Soviética. Ela é visceralmente contra a multipola-

ridade e manifestou seu pensamento sem qualquer rodeio durante conferência no Instituto Internacional de Estudos Estratégicos em Londres, poucos dias antes das eleições americanas. Ao falar, ela disse que a “multipolaridade é uma teoria de rivalidade, de interesses em competição e, na pior das hipóteses, de valores em conflitos”. E completou seu raciocínio numa revista acadêmica dedicada às relações internacionais. Em seu artigo, ela diz, também sem meias palavras que “o mundo deve seguir Washington em suas decisões e não os acordos internacionais”. Nesse pacote estão incluídos o Protocolo de Quioto e o Tribunal Penal Internacional.

Sua escolha não foi um mero arranjo interno para substituir Powell. Especialista em “assuntos soviéticos”, ao indicá-la para o cargo, Bush manda um recado pouco discreto para a Rússia, no momento em que aquele país vem tentando resgatar sua vitalidade estratégica.

Além desses dois nomes, para a segurança interna George Bush também foi buscar um “falcão”. No caso, um advogado texano, Alberto González. Ele será o novo secretário de Justiça, substituindo John Ashcroft. Para quem não conhece esse personagem, ele foi conselheiro jurídico de George W. quando o presidente governou o Texas, entre 1995 a 2000. Ex-advogado da empresa Enron, envolvida em escândalos de corrupção, González e o então governador Bush bateram o re-

corde de penas de morte. Em quatro anos, foram 152 casos, inclusive, o de um criminoso com problemas mentais.

É também de González um memorando cancelando, unilateralmente, o Acordo de Genebra que, diz ele, não deveria ser aplicado nem na guerra do Afeganistão, nem no combate, até agora frustrado, contra o Al-Qaeda. No documento ele diz que esse acordo, que protege os presos políticos, é “antiquado” e “obsoleto”. Com esse documento, de fevereiro de 2000, ele abriu as portas para as torturas na Base de Guantánamo, em Cuba e na prisão de Abu Ghraib, no Iraque.

Esses três novos secretários serão amparados pela nova instituição aprovada pelo Congresso americano. Trata-se do Departamento de “Homeland Security”, uma espécie de polícia internacional para proteger os bens e os cidadãos americanos em todos os lugares do mundo. Ao contrário dos agentes da CIA, o papel dos funcionários que vão integrar não é de espionagem. Eles vão agir abertamente, sem limitação de fronteiras, para investigar agressões aos cidadãos norte-americanos. O novo organismo vai criar pontos de tensão inclusive com a Europa caso haja qualquer atentado às embaixadas americanas nos países do continente.

Em documento divulgado em sete de novembro, três dias depois da vitória de Bush, o neoconservador Frank Gaffney, presidente do Centro de Política de Segurança do governo americano manifestou-se favorável a que os Estados Unidos continue “a campanha no Iraque para libertar o povo dos inimigos da liberdade”, dizendo ainda que aposta na mudança de regime na Coreia do Norte e Irã, pede mais recursos para a área militar e convoca os EUA a “limitar o crescimento da China”, além de “conter a emergência dos regimes anti-americanos na América Latina”. Com todos esses sinais, é de se esperar a maior escalada de violência em todo o planeta. ■

# UM PAÍS DIVIDIDO

Após crise nacional e forte interferência da comunidade internacional, Viktor Yushchenko assume a presidência da Ucrânia, dividida entre sua vocação russa e o poder de sedução europeu

*Alvaro Neiva*

**A**PÓS UMA GRAVE CRISE que dividiu o país em dois e ganhou grande repercussão internacional, Viktor Yushchenko (foto) assumiu, em 23 de janeiro, a presidência da Ucrânia. O desfecho da crise indica que o país deve se aproximar mais da Europa, tentando se livrar, pelo menos em parte, da grande influência russa.

O conflito começou ainda em novembro, quando a Comissão Eleitoral Central apontou, por uma pequena margem, a vitória do candidato do governo, o então primeiro-ministro, Viktor Yanukovich, no segundo turno das eleições presidenciais. Imediatamente, o candidato da oposição, Viktor Yushchenko, que era favorito segundo as pesquisas de boca-de-urna, denunciou que houve fraude no processo eleitoral e que não aceitaria aquele resultado. Milhares de simpatizantes de Yushchenko tomaram as ruas da capital, Kiev, pedindo a anulação das eleições.

Simultaneamente ao início da polêmica no país, a comunidade internacional tomou parte, tentando influir no processo. O secretário-geral da Otan, Jaap de Hoop Scheffer, declarou que as eleições refletiam a falta de compromisso com a democracia na Ucrânia, citando como exemplos a suposta fraude e uma suposta má utilização de recursos públicos. Esta foi a tônica da intervenção de todos os países ocidentais, que automaticamente começaram a pressionar pela anulação do resultado. Por outro lado, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, imediatamente parabenizou o vencedor oficial, Viktor Yanukovich.

Esta cisão não é por acaso, o candidato governista representa um grupo político mais ligado à Rússia e à enorme população descendente de russos, concentrada principalmente no leste da Ucrânia. Por outro lado, o candidato da oposição sempre defendeu uma aproximação do país à Europa, assim como uma libertação da forte influência russa no país.

Segundo o professor de história contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF), Ângelo Segrillo, o sistema eleitoral não está consolidado na região, é comum acontecer fraudes nas repúblicas daquela região. Para ele, o que chama atenção é a relevância que o assunto ganhou na comunidade internacional. "Embora muitos não percebam, a Ucrânia é o maior país da Europa. Ao mesmo tempo, ela ocupa uma posição estratégica, pois é a fronteira geopolítica





Foto: AFP

da União Européia. Se o país faz um movimento em direção ao Ocidente, significa uma importante expansão da influência européia”, explica Segrillo.

Após semanas de enormes manifestações, ameaças de ambos os lados, incluindo uma possível secessão, uma batalha jurídica, e um processo de negociação mediado por representantes internacionais, a Justiça ucraniana determinou a anulação do segundo turno das eleições e a nova realização do pleito em 26 de dezembro.

Obviamente, aquela decisão já representava uma importante vitória para Yushchenko e os europeus pois, mais do que ter uma nova chance, enfrentariam novamente um adversário manchado pela acusação de fraude. Porém, o cenário ainda iria melhorar para o candidato da oposição. Poucos dias, saiu um resultado médico indicando que ele foi vítima de um envenenamento. Yushchenko, que era considerado uma espécie de galã na política do país, sofreu um processo de degeneração, parecendo “envelhecer” muitos anos em poucos meses.

O resultado das urnas, em 26 de dezembro, confirmou os prognósticos: Yushchenko venceu, com uma vantagem de aproximadamente dois milhões de votos, cerca de 8% do eleitorado. Desta vez, quem recorreu foi Yanukovich. Ele também pediu a revogação do resultado oficial e a convocação de novas eleições, alegando que milhões de deficientes físicos e idosos foram impedidos de votar, pois não foi permitido que votassem em seus domicílios. Porém, ainda sob pressão dos países ocidentais, o Tribunal Supremo da Ucrânia negou o recurso do ex-primeiro-ministro e a cerimônia de posse de Viktor Yushchenko foi confirmada para 23 de janeiro.

Em uma decisão diplomática e conciliatória, o novo presidente ucraniano decidiu que sua primeira visita oficial a um chefe de Estado seria na Rússia, onde se reuniria com o presidente Putin. Yushchenko justificou a decisão afirmando que a Rússia é um “aliado estratégico”. Do outro lado, Putin também tenta remediar qualquer mal-estar pela sua atuação em defesa do candidato derrotado. Logo que a Justiça emitiu sua decisão confirmando a vitória, ele parabenizou o vencedor e garantiu que “o desenvolvimento das relações equitativas e de boas vizinhanças com a Ucrânia é uma das prioridades da Rússia. O presidente russo ainda se manifestou favorável à participação da Ucrânia no processo de formação do Espaço Econômico Comum e na Comunidade de Estados Independentes.

Por outro lado, Yushchenko não deixou de lado sua principal aliança, afirmando que a integração do país à Europa é uma das prioridades de sua gestão. Antes mesmo de sua posse, em reunião com o alto representante de Política Externa e Segurança da União Européia, Javier Solana – que participou ativamente da mediação internacional –, o presidente ucraniano disse que sua equipe tem uma estratégia definida de desenvolvimento para propiciar a integração do país nas estruturas européias.

A porta-voz da Comissão Européia, Françoise Le Bail, declarou publicamente que o ingresso da Ucrânia não está na agenda da UE, mas a “política de boa vizinhança” poderia levar o país ao bloco. Enquanto isso, o secretário-geral da Otan compareceu à cerimônia de posse e afirmou que está convencido que o novo presidente ucraniano vai aprofundar as relações do país com a aliança atlântica.

Ângelo Segrillo afirma que ficou para Yushchenko a tarefa de buscar reunir o país. Embora considere a separação de alguma região do país pouco provável, ele destaca que Yushchenko terá que ser moderado para conseguir reconciliar um país dividido. ■



Fotos: Beatriz Bissio

Governo socialista uruguaio assume com economia em grave crise e propõe-se a promover uma experiência administrativa inédita para que o país volte a ter os indicadores sociais que fizeram dele um exemplo no continente

# A esquerda faz história

**N**O PRÓXIMO PRIMEIRO DE MARÇO, quando o oncologista Tabaré Vázquez tomar posse na presidência do Uruguai, estará chegando ao fim um ciclo de 174 anos de história política desse país sul-americano, em que apenas dois partidos se alternavam no poder, o Blanco e o Colorado.

Surgidos como rivais na época da independência, nas últimas décadas ambos se identificavam na mesma opção pelo neoliberalismo.

Ao escolher o líder socialista Tabaré Vázquez, de 64 anos, presidente da coligação Encontro Progressista-Frente Ampla - que reúne todas as tendências e partidos da esquerda do país -, os uru-

guaiois exprimiram a opção pelas mudanças. Reafirmaram uma tendência que se vinha consolidando nas últimas consultas, em favor do fortalecimento do papel do Estado e de uma política externa independente.

Aliás, do terreno diplomático virá a primeira medida de impacto do novo governo: Vázquez anunciou que, ao tomar





*Os uruguaios quebraram o bipartidarismo tradicional que dominava a cena política desde a independência e estenderam à presidência da República a oportunidade que já tinham dado na prefeitura de Montevideu ao socialista Tabaré Vázquez, a quem compete promover uma administração inovadora que recupere um Uruguai financeiramente em crise e que tem cerca de 30 por cento de sua população emigrada, por falta de oportunidades no próprio país*

posse, vai assinar decreto reatando as relações diplomáticas com Cuba, interrompidas pelo atual presidente, Jorge Battle. Especula-se que o presidente Fidel Castro esperaria esse momento em Buenos Aires, para cruzar o Rio da Prata e, já em Montevideu, somar-se às cerimônias oficiais e às festas populares da posse, logo a seguir.

Outras mudanças estão refletidas na composição do novo gabinete, anunciado ainda em dezembro, antes das festas de fim de ano. Entre os 12 ministros estará o ex-guerrilheiro tupamaro e atual senador José Mujica, prisioneiro da ditadura militar (1973-1985) por mais de onze anos. Ele vai ocupar a pasta de Agricultura, Pecuária e Pesca. Há ainda duas mulheres no gabinete, um fato sem precedentes no Uruguai, e em postos geralmente tidos como masculinos: Asucena Berrutti, advogada de presos políticos e velha dirigente do Partido Socialista, ocupará a

pasta da Defesa, e María Julia Muñoz, Saúde Pública. A vice-ministra de Relações Exteriores também é uma mulher, Belela Herrera, com longa atuação na defesa dos direitos humanos. Para a estratégica pasta da Economia, Vázquez escolheu o senador Danilo Astori, fundador e importante liderança histórica da Frente Ampla, que é tido como um economista amadurecido e moderado, fato que contribuiu para não alimentar nenhum tipo de inquietude nas entidades financeiras do país ou internacionais. Em suas primeiras declarações como ministro designado, o senador Mujica assinalou que tinha recebido do futuro presidente a orientação de “trabalhar muito, dentro da Constituição e da lei, respeitando o programa da Frente Ampla.”

Outras figuras históricas da esquerda uruguaia também estarão no gabinete. É o caso do senador socialista Reinaldo Gargano, que ocupará a pasta de Relações

Exteriores, e do arquiteto Mariano Arana, prefeito de Montevideu desde 1995, indicado para a pasta de Habitação e Organização Territorial.

### “A vitória é de vocês”

“Festejem, uruguaios, festejem, que a vitória é de vocês”. Com essas palavras, Vázquez tinha anunciado publicamente o resultado eleitoral, com a vitória da esquerda nas eleições presidenciais de 31 de outubro. Era a terceira vez consecutiva que Vázquez se apresentava como candidato presidencial da esquerda e, com o resultado, mudava o perfil político do país.

Naquela noite, diante da multidão que tinha se reunido no centro da capital uruguaia, o presidente eleito dedicou a vitória ao general Liber Seregni, fundador e presidente da Frente Ampla durante mais de 20 anos – 11 deles na prisão – que falecera em julho de 2004.

Vázquez teve 60% dos votos, obtendo a vitória no primeiro turno, feito inédito. E mais, derrotou os partidos tradicionais em oito dos 19 estados em que se divide o Uruguai, mostrando que a mudança política não somente tinha quebrado o bipartidarismo na capital, mas também em redutos afastados e conservadores.

Em 1999, a Frente Ampla tinha comemorado a vantagem de Tabaré Vázquez com mais de 40% dos votos no primeiro turno da eleição presidencial, mas, no segundo turno, blancos e colorados se uniram para dar a vitória a Jorge Battle. Aliás, 1999 fora o primeiro ano em que uma eleição se realizava em dois turnos. Fora manobra de blancos e colorados para impedir a chegada da Frente Ampla ao governo, pois sabiam que Vázquez seria eleito se a disputa fosse em turno único.

Com essa amarga experiência, o trabalho político da coligação da esquerda, a partir de 1999, concentrou-se no objetivo de possibilitar, em 2004, a vitória já no primeiro turno.

Para o leitor brasileiro, é importante

lembrar que a vitória no primeiro turno significa, no Uruguai, que o candidato e o partido vitoriosos terão também maioria parlamentar, uma vez que o sistema eleitoral não permite, como no Brasil, desvincular a eleição presidencial da eleição do Congresso. No Uruguai, vota-se no partido e não em candidatos individualmente. Votando no candidato do Encontro Progressista-Frente Ampla para a presidência, obrigatoriamente vota também em alguma chapa da Frente Ampla para o Senado e para a Câmara de Deputados, já que o voto é vinculado. Existe, porém, a opção de escolher várias sublegendas do mesmo partido ou coligação.

A presidência do Senado e da Câmara também são pré-definidas: a do Senado cabe ao vice-presidente eleito, no caso Rodolfo Nin Novoa, e a da Câmara dos Deputados é ocupada pelo candidato que encabeça a chapa da sublegenda mais votada dentro do partido vitorioso.

### Reativar a economia

Um dos principais compromissos do governo da Frente Ampla é reativar a economia, pois o PIB caiu pela metade nos últimos seis anos e a dívida externa equivale ao total do PIB: 13 bilhões de dólares. O Uruguai sofreu, entre 1998 e 2003, a recessão econômica mais aguda de toda a sua história, e, em resposta, entre os principais compromissos da campanha, a Frente Ampla incluiu a geração de emprego e o financiamento da produção e da pesquisa em ciência e tecnologia. A meta é colocar novamente o país nos patamares de desenvolvimento social que fizeram dele um exemplo na América Latina e lhe garantiram, nos anos 50, o apelido de “a Suíça da América.”

Durante a campanha eleitoral, Vázquez admitiu que, dos

três milhões de uruguaios, um milhão vivem na pobreza e 100 mil são indigentes. “Os uruguaios esperam respostas em relação aos salários, ao desemprego e à pobreza. Os nossos jovens estão indo embora do país, condenados a um futuro incerto”, denunciou. De fato, estima-se que 12 por cento da população vivam no exterior e cerca de 20 mil pessoas emigram anualmente em busca de melhores oportunidades.

Vázquez comprometeu-se, em recente visita à Argentina, onde mora a maioria dos uruguaios que estão fora do país, a aprovar o voto consular, antiga reivindicação dos emigrados. Por enquanto, a legislação uruguia não prevê a opção de votar nas embaixadas. Isso se atribui ao fato de a maioria emigrada ser poten-

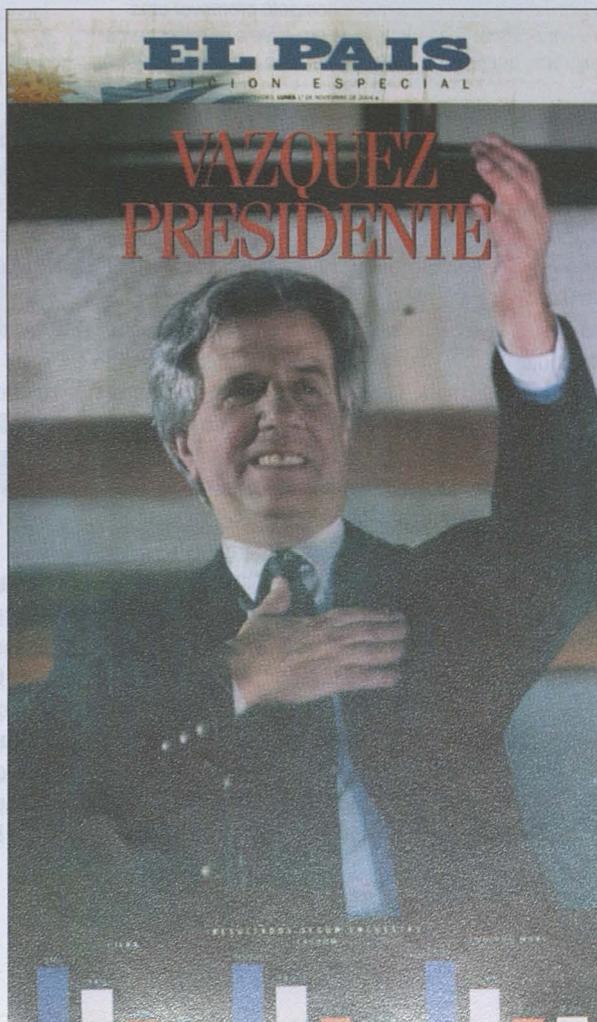
cial eleitora da Frente Ampla, o que desestimulou os partidos conservadores a permitirem o voto no exterior.

Outro importante compromisso da esquerda uruguia é com a educação. Filho de uma família humilde, médico que estudou toda a vida em escola e universidade públicas, Tabaré Vázquez - hoje uma das maiores autoridades do país em oncologia e radiologia, suas duas especializações - afirmou, insistentemente, que tinha um compromisso todo especial, para além do que o próprio programa da Frente Ampla define, com a recuperação da rede pública de ensino e de saúde, e que aspira a fazer do Uruguai novamente uma referência nesses dois terrenos.

Por outro lado, a Frente Ampla, através de Vázquez, comprometeu-se a reformular e modernizar o funcionamento do Estado, a dar transparência à gestão do governo - que tal como funcionou quando ele era o Prefeito de Montevideu, deverá ser descentralizado e parcialmente itinerante - e a reforçar o Mercosul e os laços com o Brasil e a Argentina.

A experiência de unidade - mantida com dificuldades, mas com insistência durante mais de 30 anos (durante e depois da clandestinidade forçada de 1973 a 1984) -, e a maioria parlamentar conquistada nas urnas poderão fazer do governo de esquerda, mesmo atuando de forma comedida, uma referência no continente. Mas, o que acontecer nos dois grandes vizinhos, a Argentina de Nestor Kirchner e o Brasil de Lula, certamente terá também influência nos destinos dessa experiência. ■ Beatriz Bissio

*Esta foi a primeira página do tradicional jornal El País, sabidamente ligado ao Partido Blanco, no dia seguinte à eleição que deu a vitória ao candidato da coligação adversária Frente Ampla*



# A um passo da solução

Acordo entre governo islâmico e rebeldes cristãos do sul não alcança o conflito entre muçulmanos negros e árabes no oeste do país

**A**RENITENTE GUERRA CIVIL sudanesa, que começou desde a independência em 1956 e se intensificou após 1983, quando a Frente Nacional Islâmica assumiu o governo central, pode estar caminhando para uma solução, se as partes em conflito observarem o pacto acertado no dia 23 de janeiro, sob os olhares do secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, dos membros do Conselho de Segurança da ONU e do secretário de Estado norte-americano,

Colin Powell, em Nairóbi, capital do vizinho Quênia.

O acerto envolve a composição de um exército unificado, a formação de um governo federal - com a presidência islâmica e a vice-presidência cristã -, aceitação da autonomia da região cristã, que ficará isenta da lei islâmica e sob administração do líder do Movimento de Libertação do Sul do Sudão, John Garang, e um prazo de convivência pacífica de seis anos, após os quais haverá um plebiscito para decidir sobre a independência sulista.

## Sempre o petróleo

Para analistas, mais decisivo que tudo pode ser o acordo de dividir entre as duas partes as rendas do petróleo, a nova riqueza do país concentrada no sul e cuja produção poderá ultrapassar um milhão de barris diários no correr deste ano. O governo central, islâmico, dominado pelos árabes do norte do país, concedeu licença de exploração do petróleo a firmas de diversos países (canadenses, francesas, catarenses, suecas, malaia e chinesas), o que fez recrudescer a guerra civil nos últimos anos. O acordo do

mês passado encaminha uma solução para essa crucial questão econômica, o mais novo e decisivo ingrediente do conflito que se alimenta também de diferenças culturais e à repulsa do sul às imposições islâmicas de Cartum.

No campo militar, Cartum abasteceu de armas na Rússia e em algumas ex-repúblicas soviéticas, além da China, o que torna o país alvo permanente da ira dos Estados Unidos, que o consideram ligado às guerrilhas islâmicas e contra quem já chegaram a realizar bombardeios.

O confronto interétnico no oeste, na província negra de Darfur, alimenta agora outra frente de condenação do regime de Cartum, pois o governo é acusado de apoiar os 20 mil integrantes da milícia árabe, conhecidos como os cavaleiros, que ataca populações negras, embora estas sejam também muçulmanas. O conflito, inicialmente gerado por disputas de terras entre pecuaristas dos dois grupos, vem sendo apontado como um genocídio contra a maioria negra, com mais de 70 mil mortes denunciadas e dezenas de milhares de fugitivos, acolhidos nos vizinhos Chade e Egito, onde se queixam de perseguições raciais. O conflito interétnico já gerou a formação de dois grupos armados negros: Movimento e Exército de Libertação do Sudão e Movimento Justiça e Igualdade. Darfur era um reino independente até 1917, quando a Grã-Bretanha o incorporou aos domínios da colônia sudanesa.

Os Estados Unidos vêm procurando impor sanções ao país no Conselho de Segurança da ONU, mas as propostas têm sido seguidamente vetadas pela Rússia e pela China. Esses países preferem apostar no acordo interno entre os vários lados em confronto e impedir a eventual dominação norte-americana no país, o maior da África e que apresenta agora perspectivas de se tornar um importante produtor de petróleo. ■ *Procópio Mineiro*

*John Garang, líder cristão sulista, sai como vencedor no acordo que o faz vice-presidente e garante renda do petróleo para sua província*

## Ásia e África

### As lições do tsunami

**P**ouco mais de um mês depois do maior desastre natural da história moderna – um terremoto submarino de grau 9, no norte da ilha de Sumatra, no Oceano Índico, no dia 26 de dezembro passado, que provocou gigantescas ondas, os tsunamis, nas costas de uma dúzia de países no sul e sudeste da Ásia e na costa oriental da África –, os governos continuam ampliando a cifra oficial de mortos e desaparecidos, à medida que o caos inicial vai permitindo fazer um levantamento mais consistente da situação. Em fins de janeiro, a cifra estava no assustador patamar de 230 mil mortos.

Comunidades inteiras foram engolidas pelas águas, ilhas desapareceram e até o eixo terrestre e a posição do Polo Norte parecem ter sido afetados. Para o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, esta “catástrofe global sem precedentes requer uma resposta global também sem precedentes”. O desafio que ela apresenta para a comunidade mundial está exigindo um extraordinário esforço humanitário, que já transformou as operações de resgate, ajuda e reconstrução na maior empreitada do gênero que se tem notícia.

As cifras em dinheiro arrecadadas e prometidas são tão gigantescas quanto o desafio, mas já começam as denúncias de que muita dessa ajuda poderá não chegar às mãos de quem mais a necessita ou nem sequer chegar. E mais, as populações afetadas – que lutam para recompor suas vidas, depois de terem perdido tudo no maremoto –, queixam-se de que não estão tendo voz no debate dos vários projetos de reconstrução das áreas afetadas.

“Nas últimas semanas, as comunidades afetadas de Tamil Nadu, no Sri Lanka, foram obrigadas a se deslocarem de um lado para outro, só para obterem mantimento e roupas, mas ninguém as chamou para aproveitar a sua experiência e conhecimento da região para definir os planos que afetam o futuro desse conglomerado de pessoas,” denunciou V. Suresh, um dos dirigentes da recém-formada Plataforma de Cidadãos Afetados pelo Tsunami, coligação que inclui além



Toneladas de medicamentos e alimentos enviados pelo governo brasileiro, chegam à capital da Tailândia, Bangcoc, para serem enviadas às vítimas do maremoto na região

Foto: Marcello Casal / ABR

de representantes das populações locais, advogados e jornalistas cingaleses. No Sri Lanka, que é uma ilha, já foram contabilizados pelo governo 30.800 mortos e os desabrigados chegam a um milhão.

Enquanto os governos enfrentam múltiplos problemas para atender as vítimas, em outro terreno há também importantes questões levantadas pelo tsunami.

Uma delas é até onde esse dramático número de mortes poderia ter sido evitado com um eficiente sistema de prevenção e alerta, como o que já funciona no Oceano pacífico, onde os tsunamis são mais conhecidos e frequentes.

O diretor da NOAA, a autarquia do governo americano que controla e faz o monitoramento completo da atmosfera e dos oceanos, em entrevista concedida à CNN admitiu que o terremoto fora detectado pelos aparelhos que eles possuem no Oceano Índico. Mas em defesa da atitude passiva dos cientistas, alegou que não existia nenhum sistema de prevenção no caso do Oceano Índico e que a NOAA não tinha desenvolvido modelos precisos da inter-relação entre os terremotos submarinos e os tsunamis, de forma que não se sabia como o terremoto detectado iria afetar as populações das áreas costeiras próximas ao epicentro.

Esse argumento é contestado por muitos cientistas. Dietrich Fischer, Diretor Acadêmico do Centro Universitário Europeu para Estudos da Paz, com sede na Áustria, afirma que mesmo sabendo-se que a missão dos cientistas que estão monitorando os oceanos não é alertar as

pessoas que vivem na região, moralmente eles têm essa obrigação. Fischer admite que eles até podem não ter tido à disposição, na hora, os números de telefone das autoridades dos países próximos ao epicentro. Mas, alertando algumas pessoas – até mesmo do mundo acadêmico – das áreas afetadas, algo poderia ter sido feito. O próprio Departamento de Estado, afirma o cientista austríaco, poderia ter entrado em contato com embaixadas dos países em questão. O fato é que, o tsunami levou 3 horas e 52 minutos para chegar a Sri Lanka, e algo menos para atingir a costa da Tailândia, mas com certeza, diz Fischer, tempo suficiente para dar o alerta.

Por sua parte, a ambientalista da Índia, Vandana Shiva, em artigo do serviço de colonistas da agência IPS, afirma que “Gaia, deusa da terra, não poderia ter encontrado um momento melhor para enviar a sua mensagem de que todos nós somos cidadãos do planeta terra, e compartilhamos um destino comum”. Ela lembra que a necessidade de ajuda e recursos financeiros para as vítimas do tsunami “nos puxa em uma direção totalmente diferente das privatizações defendidas pela organização Internacional de Comércio (WTO, na sigla inglesa)rom the World Trade Organization (WTO) e o Banco Mundial. O tsunami – continua – nos lembra que não somos meros consumidores em uma sociedade de mercado orientada pelo lucro. Somos seres humanos frágeis e dependentes uns dos outros, que habitamos um planeta igualmente frágil. ■

## Venezuela

### Reforma agrária avança

O governo de Hugo Chávez resolveu acelerar o processo de reforma agrária através da desapropriação de centenas de fazendas particulares e utilização de terras públicas. Nos próximos seis meses, o governo quer distribuir 100 mil lotes a lavradores sem terras. O presidente do Instituto Nacional de Terras (Inti), Eliezer Otaiza, disse que se fará um exaustivo inventário da propriedade, uso e produtividade das terras em todo o país: "Quem não puder provar a titularidade das terras estará sujeito à ocupação e divisão das mesmas pelo Estado".

A Venezuela teve um intenso processo de reforma agrária durante a década de 60, com a divisão e redistribuição de milhões de hectares a 230 mil famílias. O processo, porém, não avançou, e os números comprovam atualmente a gravidade do problema. Em 1958, os latifundiários possuíam 23% das terras produtivas do país e, em 1998, detinham já 42%.

O quadro revela a dificuldade de se tentar modificar a estrutura agrária venezuelana. O próprio Chávez, meses após um primeiro decreto sobre reformas, inclusive a agrária, em fins de 2001, veio a ser deposto do governo, em abril de 2002, por um movimento integrado por empresários industriais e rurais, com apoio de parte dos militares e do governo norte-americano. A lealdade da maioria das forças armadas e intensas manifestações populares permitiram o retorno de Chávez (foto).

No último dia 12 de janeiro, porém, Hugo Chávez promulgou nova reforma agrária ante milhares de camponeses, comprometendo-se a redistribuir 100 mil lotes nos próximos seis meses. Foram definidos como latifúndios todas as propriedades acima de 5 mil hectares.

A Venezuela já foi um importante exportador de carnes e produtos tropicais, mas as exportações de petróleo supervalorizaram sua moeda, facilitaram a importação e absorveram recursos a ponto de torná-la deficitária em alimentos, enquanto os desempregados pelo êxodo rural se aglomeraram nas favelas. ■

## Colômbia-Venezuela

### Relacionamento tenso

A situação entre Colômbia e Venezuela chegou ao seu pior momento em vinte anos, por conta da recente captura do militante das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), Rodrigo Granda, em território venezuelano sem a autorização do presidente Hugo Chávez.

Granda é conhecido como o chanceler da organização, e vivia perto de Caracas, há cerca de um ano.

A situação do que está sendo considerado um seqüestro pelo governo venezuelano se agravou ainda mais, quando Chávez ficou sabendo que militares venezuelanos foram subornados por caçadores de recompensas colombianos para deterem Rodrigo Granda.

O presidente venezuelano exigiu um pedido de desculpas imediato ao presidente colombiano, Alvaro Uribe, alegando que, ao pegaram Granda, seus mandatários infringiram a soberania nacional de seu país.

Porém, Uribe se defende justificando seus atos em nome do combate ao terrorismo. "O povo colombiano tem o direito de se livrar do terrorismo. A política de recompensas é um instrumento legítimo dos Estados, que ajuda na luta, e as Nações Unidas proíbem aos países membros abrigar terroristas de maneira ativa ou passiva", alegou ele.

Indignado, Chávez suspendeu acordos e relações comerciais com a Colômbia, retirando, inclusive, o seu embaixador de lá.

O deputado colombiano de oposição, Gustavo Petro, criticou a atitude do governo Uribe, dizendo que "o senhor Granda saiu muito caro aos colombianos. Se as exportações da Colômbia para a Venezuela pararem, com uma renda de mais de 2 bilhões de dólares, isto representará uma perda de emprego para cerca de 500 mil famílias."

O presidente venezuelano, porém, após pressões de vários lados, inclusive internacionais, aceitou se encontrar pessoalmente com Uribe, sem a intervenção de nenhum outro presidente, para discutir exclusivamente o caso do líder das Farc. O presidente Lula também se dirigiu para a cidade fronteiriça de Leticia, na Colômbia, para discutir e reafirmar a importância de se manter a unidade na América do Sul. ■



Foto: AFP

## Iraque Petróleo, ocupação, voto e fuzil

**A**o fecharmos esta edição, a situação ainda era a da pesada expectativa ante a lenta apuração das eleições de 30 de janeiro, comemoradas pelos Estados Unidos e condenadas pela resistência iraquiana.

Dados não oficiais indicavam vitória da xiita Aliança Iraquiana Unida, apadrinhada pelo aiatolá Ali Al-Sistani, iraniano de nascimento e que pode vir a dominar o Parlamento e determinar assim a natureza do governo a ser montado. O candidato a primeiro-ministro pela Aliança é o atual ministro de Finanças, Adel Abdel Mahdi, também apontado como de linha fundamentalista. Al-Sistani já afirmou, porém, que não se pretende instalar um regime do tipo iraniano no Iraque. As especulações iniciais admitiam a possibilidade de xiitas e curdos dominarem dois terços do novo Parlamento, o que deixaria os sunitas isolados na oposição. Sob o governo de Saddam Hussein, os sunitas estiveram na cúpula do regime. A possível maioria de xiitas e curdos representaria a formação de uma dominação política inteiramente diversa da que vigorou por mais de duas décadas e seria do agrado estratégico dos EUA.

O atual primeiro-ministro Iyad Allawi dedicou sua fala, após as eleições, a pregar a colaboração de todos os grupos para a pacificação do país, embora reconhecesse que os atentados vão continuar.

Em resposta indireta a Allawi, o Conselho dos Ulemás Sunitas, através do xeque Omar Ragueb, contestou a validade do pleito, duvidando que a frequência de eleitores tenha chegado a 57% como divulgado. "As eleições foram manipuladas e sofreram da contaminação irrevogável decorrente da ocupação estrangeira", disse Ragueb, numa demonstração de que os resultados não serão aceitos como legítimos.

"Aceitaríamos qualquer resultado, com vitória de xiitas, curdos ou sunitas, desde que as condições tivessem sido



A oposição à agressão norte-americana ao Iraque é um dado que se consolida e que faz prever longo confronto entre forças nacionalistas e os interesses econômicos dos EUA

apropriadas. Mas um país sob ocupação não oferece condições para a manifestação livre do povo."

O Partido Islâmico, principal do ramo sunita, retirou-se às vésperas da votação, denunciando manipulações, enquanto o Conselho dos Ulemás Sunitas pedia a abstenção popular.

O que se pode desde já prever é que a formação de um novo governo no país, oficialmente respaldado por Washington e Londres e por um pleito cuja representatividade será sempre contestada, aumenta os riscos de uma guerra civil. Os primeiros passos já se desenharam, desde que os atentados da resistência passaram a abranger também iraquianos ligados às forças de ocupação, como a nova polícia local.

As declarações de Ragueb mostram que uma administração surgida à sombra da ocupação estrangeira e da violação da

soberania nacional dificilmente encontrará espaços para se consolidar.

O reconhecimento pelo primeiro-ministro Allawi de que a paz só virá por um esforço de união e que sabe que os ataques da resistência vão continuar, coincide com essas expectativas pessimistas, que desenham um quadro de convulsão interna. Já houve ataques a mesquitas xiitas, considerados provocativos e destinados a lançar xiitas contra sunitas. Estes negam a autoria dos atentados, atrás dos quais estariam os interesses dos ocupantes estrangeiros, para os quais o confronto interno seria vantajoso, levando ao fracionamento do país em pequenos Estados enfraquecidos.

O primeiro-ministro egípcio Ahmad Nazif referiu-se a esse risco de desmembramento como resultado das eleições, ao falar do impasse iraquiano, dias antes do pleito. ■

## RECURSOS HÍDRICOS EM DEBATE

### Bolívia

#### Rebelião da água

Uma revolta popular obrigou o governo boliviano a revogar, em janeiro, o contrato de concessão da empresa Águas do Illimani, controlada por uma multinacional francesa e que exorbitou em aumentos de tarifas para os consumidores das cidades de El Alto e La Paz. Apesar dos esforços oficiais para um acordo, a multinacional recusou-se a reduzir os preços e, em correspondência, afrontou o próprio governo, assinalando “não ver autoridade no Departamento de Saneamento Básico nem em qualquer instância do governo da República da Bolívia para obrigar à revisão de tarifas.”

O chocante comunicado da companhia estrangeira intensificou os protestos populares, que já aconteciam contra os preços abusivos da água, e levou o governo de La Paz a comunicar o cancelamento do contrato de concessão. O ministro de Obras e Serviços Públicos, Jorge Urquidi Barrau, anunciou que o serviço de águas voltará ao controle público, com gerência fiscalizada por representantes dos consumidores.

A empresa divulgou nota, afirmando que recorrerá a instâncias internacionais contra o governo boliviano, para obter ressarcimento por prejuízos e ver reconhecido o direito, que afirma ter, de retomar a administração do serviço de abastecimento de água nas duas cidades, a preços que julgar de sua própria conveniência. ■

### Uruguai

#### Um bem público

Se na Bolívia a revolta popular fez retornar ao controle público a distribuição de água, no Uruguai foi um plebiscito que afastou a ameaça de privatização do sistema. Nas eleições presidenciais de outubro passado, quando elegeram o socialista Tabaré Vázquez como presidente, os uruguaios foram chamados também a se pronunciarem sobre a questão do controle dos recursos hídricos do país.

Por 65% dos votos, recusaram o conceito de que água seja mercadoria como qualquer outra coisa e passível de apropriação por grupos econômicos. Aprovaram o conceito de que “água é um recurso natural essencial à vida e o acesso à água potável e ao saneamento constitui direito humano fundamental.”

Assim, fica afastada a possibilidade de privatização dos sistemas de distribuição de água, defendida pela Organização Mundial do Comércio e como advogam os defensores da Área de Livre Comércio das Américas-Alca.

As decisões da Bolívia e do Uruguai demonstram que as populações despertaram para os riscos que envolve a entrega de serviços e bens públicos a empresas privadas, cuja natureza é a de buscar lucros, mesmo em prejuízo da população. ■

### Nigéria

#### Abastecimento insuficiente

Grave escassez de água atinge a maior cidade nigeriana, Lagos, com uma população total de 15 milhões de habitantes e onde se calcula que cerca de 7 milhões estejam sofrendo com o abastecimento insuficiente ou inexistente. A solução paliativa da grande maioria pobre tem sido a abertura de poços. Lagos é uma cidade em crescimento explosivo, prevendo-se que será a terceira maior cidade do planeta em 2015, com cerca de 24 milhões de moradores, fruto de uma demanda provocada pelo processo econômico que tem vivido o país, grande produtor de petróleo.

A incontrolável urbanização não tem sido acompanhada pela expansão dos serviços básicos, que precisariam de investimentos avaliados em 2 bilhões de dólares para atender a atual demanda.

Diante da situação, aumenta a campanha para que o setor de saneamento básico seja aberto a empresas privadas nacionais e estrangeiras, dentro do figurino neoliberal. Mas algumas vozes discordam e advertem que, se a água for entregue a empresas sequiosas de lucros, se tornaria um produto caro demais para uma população majoritariamente pobre. Segundo Emmanuel Adeyemo, analista da intergovernamental. Sociedade Mundial de Água, a privatização do sistema não é solução, pois “a água não chegará aos mais pobres, se a tratarmos como mercadoria

Foto: ONU



O continente africano é o mais afetado pela escassez de água, que ameaça milhões de pessoas e provoca grave desequilíbrio ambiental

destinada a dar lucros a uma empresa”.

A crise vivida hoje por Lagos faz parte da memória de dezenas de grandes cidades de países em desenvolvimento, cuja urbanização acelerada levou ao colapso das redes projetadas para populações muito menores. A solução sempre foi a expansão da rede física e a ampliação das fontes de abastecimento. ■

## Graciela Iturbide e a cultura mexicana

Com uma obra conhecida no universo da fotografia e das artes em todo o mundo e numerosos prêmios, a artista é uma referência para quem deseja conhecer a riqueza cultural do México

Nossa seção traz nesta edição uma entrevista exclusiva com uma expoente da fotografia latino-americana e mundial: a fotógrafa mexicana Graciela Iturbide nascida em 1942 na Cidade do México. Sua obra é reconhecida no universo da fotografia e das artes em todo o mundo tendo recebido diversas distinções e prêmios. Entre eles o prêmio W. Eugene Smith por seu trabalho "Juchitán de las mujeres" e o Guggenheim Fellowship pelo conjunto da sua obra.

A espontaneidade na sua relação com a câmera, e a cumplicidade e o respeito com o mundo indígena fazem de Graciela uma desbravadora de emoções. Há em suas imagens influências tanto do surrealismo quanto do realismo documental, da abstração à prática etnográfica. Uma fotógrafa apaixonada por seu povo e que através da dimensão poética de suas fotos traduz seus costumes e tradições e ressalta a condição humana dos ritos e mitos de seu país. Com simpatia e simplicidade, Graciela recebeu em sua casa na Cidade do México os editores desta coluna e falou do início de sua carreira, de Alvarez Bravo, do seu processo de trabalho e do projeto que hoje desenvolve fotografando plantas.

Sua formação tem referências da pintura e do

Foto: Gabriel Jauregui - 2003



*Graciela Iturbide: "Dizem que eu tenho veia antropológica, mas não é assim. A fotografia é muito subjetiva, nunca é objetiva"*

cinema. Como surgiu o interesse pela fotografia?

Comecei estudando cinema em 1969, mas tive a sorte de conhecer na Faculdade Manuel Alvarez Bravo, que dava aula de fotografia. Logo ele me convidou para ser sua assistente. Comecei a acompanhá-lo a revelar suas fotos, ir a campo. Trabalhei um ano e meio com ele (1970/71). Era um homem muito inteligente, sensível, tinha uma visão de mundo universal e muito mexicana ao mesmo tempo. Dei início a pequenos ensaios e a foto-

grafar as festas tradicionais mexicanas (como por exemplo "Día de Muertos"). Aprendi com Alvarez Bravo a ir aos povoados quando havia festas. Eu já trabalhava por minha conta quando fiz meu primeiro ensaio sobre os índios Seri, do deserto de Sonora, ao norte. Esse trabalho resultou no livro "Los que viven en la arena" (1981), com texto do indigenista Luis Barajas. Logo depois Francisco Toledo me convidou para ir a Juchitán, que visitei durante seis anos e, em 1989, lancei o livro desse trabalho: "Juchitán de las Mujeres".

Esse livro é um dos seus trabalhos mais premiados. Quando você foi pela primeira vez a Juchitán, já tinha idéia de fazer um livro sobre as mulheres?

Não. Não tinha a menor idéia que seria sobre as mulheres. Um dia, estando de passagem por Juchitán, comecei a ler sobre esse lugar que não conhecia. Acabei por descobrir histórias e lendas sobre a cidade. Fiquei sabendo que Cartier-Bresson tinha estado lá e se apaixonou por uma Juchiteca; Diego Rivera e Frida Khalo também estiveram por lá. Os anos 30 foram o auge de Juchitán.

É muito interessante a maneira como as mulheres levam a economia. Uma espécie de matriarcado. A mulher trabalha no mercado, onde o homem não pode entrar. O homem trabalha na pesca, no campo. Mas as mulheres é que lidam com o dinheiro na casa e na economia. É muito específico desse lugar. São mulheres muito fortes, politizadas, sempre estão participando em ações políticas. Pra mim trabalhar e viver com elas foi uma experiência fantástica. Quando vi o meu arquivo de Juchitán percebi que havia mais fotos de mulheres.

Fala-se muito de uma veia antropológica em seu trabalho. O que lhe interessa quando chega a um lugar pela primeira vez?

Chego com a minha câmera para que saibam que sou fotógrafa. Mas nunca sei o que vou fazer. Dizem que eu tenho veia antropológica porque fiz muitos trabalhos com povoados mexicanos, em particular em zonas indígenas. Adoro antropologia, mas meu trabalho não tem intenção antropológica. Acredito que a fotografia é muito subjetiva, nunca é objetiva. Mesmo que quisesse falar de Juchitán objetivamente, não poderia. Porque é um Juchitán que eu percebi. Certamente leio muito sobre o lugar que vou fotografar, falo com as pessoas. Trabalhei com antropólogos quando fiz o livro sobre os Seri. Eles são muito diferentes, são mais distantes das pessoas, não se deixam in-



Foto: Graciela Iturbide

*"Nuestra Señora de las Iguanas", Juchitán, Oaxaca, 1979.  
Do livro "Juchitán de las Mujeres" (1989).*

fluenciar pela subjetividade. Eu fotografo o que encontro e no final monto a minha história. Existe uma cumplicidade, senão não conseguiria.

Você fotografa sozinha. E na edição, também é assim?

Sim. Quando o [Josef] Koudelka pede para ver meu trabalho, me diz: "essa corta aqui... essa está boa...". Nunca fala: "Que maravilha!" Ele é sempre muito contido. Às vezes falo com Pablo Ortíz Monasterio, fotógrafo mexicano. Às vezes mostro para meus filhos, que fazem fotografia, mas não são fotógrafos. Mas eu primeiro edito sozinha. Já depois recebo opiniões e transformo e releio. Tenho uma assistente que responde meus e-mails, porque eu não sei usar o computador. Mas meu arquivo eu tenho mais ou menos organizado, em casa. Assim como meu laboratório, onde faço minhas primeiras ampliações. Gosto de trabalhar no laboratório.

# Fotografia

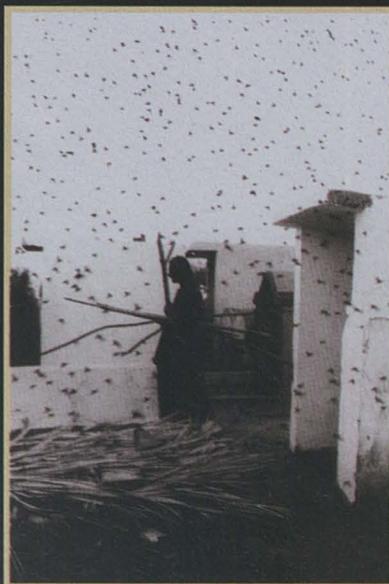
De que forma ser mexicana e trabalhar dentro de seu país influenciou o seu olhar?

Ser mexicana me ajudou muito porque pude trabalhar com Alvarez Bravo que tinha um conhecimento amplo da nossa cultura e um amor muito grande pelo México. Ele foi um mestre para mim. Não só me ensinou a ampliar e outras técnicas, me mostrou sua cultura e sua grande paixão pelo mundo pré-hispânico. Ia muito conversar com ele. Sempre tinha novidades. Adoro México porque tem uma riqueza cultural incrível. Cada cultura é diferente: Juchitán não tem nada a ver com Yucatán. Os Zapotecas não tem nada a ver com os Maias. Os Maias não tem nada a ver com os Seri.

O seu trabalho é reconhecido no exterior. Como vê a fotografia feita na América Latina e sua inserção no mercado europeu e norte-americano?

A fotografia latino-americana é muito boa. E não porque vocês são brasileiros, mas a fotografia brasileira é excelente! Desafortunadamente temos bons profissionais que não são reconhecidos. Existem colecionadores europeus que procuram fotografia latino-americana. Mas, vivemos em países de Terceiro Mundo. Os governos não tem tanto interesse de mostrar o que está acontecendo com a produção cultural dos nossos países. Existem fotógrafos que fazem verdadeiros milagres. Não há quem pague pelos seus proje-

Foto: Graciela Iturbide



"Cementerio", Juchitán, Oaxaca, 1988.

Foto: Graciela Iturbide



Do livro "En el nombre del padre" (1993).

tos. Apenas começa a haver colecionadores de fotografia.

Como você lida com o fato de ser reconhecida?

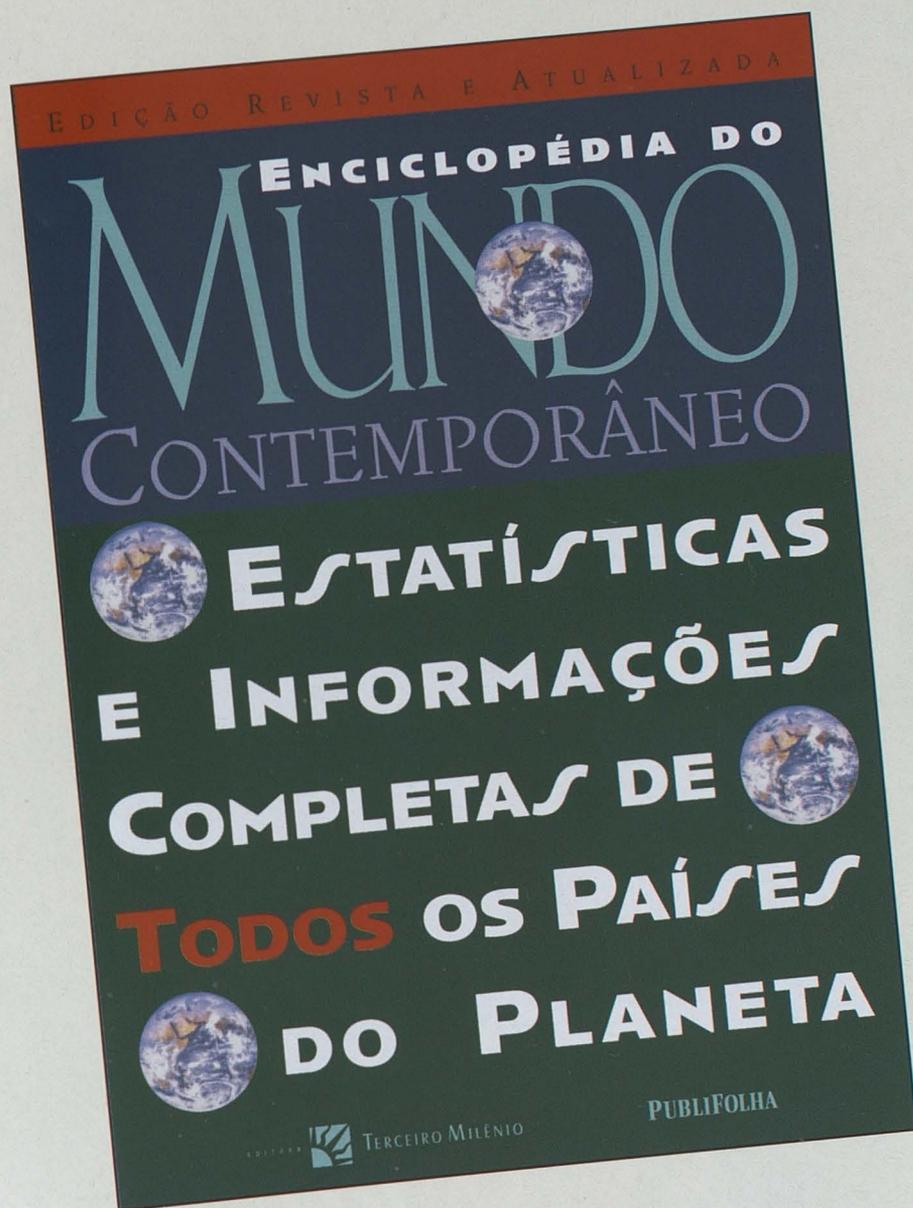
Não sei (risos). Sorte! Há 15 anos ganhei um prêmio no mês da fotografia em Paris com "Juchitán de las Mujeres", quando o livro foi publicado. Então comecei a trabalhar na agência "Vu" e se publicou muito sobre o meu livro em Paris. O jornal francês "Liberation" muitas vezes pede fotos minhas. Mas é nos Estados Unidos que tenho mais êxito, com minha galeria e com os colecionadores. Fiz um livro com a revista americana "Aperture" que se chama "Images of the Spirit". Esse trabalho viajou por todos os museus dos EUA. Essa foi uma forma das pessoas conhecerem meu trabalho, foram feitos catálogos e a exposição continua viajando até hoje.

Que trabalho vem desenvolvendo atualmente?

Estou trabalhando com Jardins Botânicos. Mas de uma maneira muito especial. Quando os camponeses cuidam das plantas colocam madeiras para segurá-las. Então, me dedico a fotografar a planta como escultura. É nisso que estou agora. Tem sido muito difícil para mim adaptar-me a trabalhar com plantas. Com as pessoas se tem intimidade, um intercâmbio. Com as plantas, mesmo sendo tão diferente, encontrei essa plástica que me fez interessar pelo trabalho. ■

Agradecimento: Consulado Geral do México -RJ  
Colaboração: Roberta Furtado

# Dê um presente inteligente



A fonte de  
consulta  
mais  
recomendada  
por quem  
lida com  
os problemas  
do mundo  
globalizado

## PROMOÇÃO

DE : R\$65,00

POR : **R\$59,00**

\* Frete não incluído

**FAÇA SEU PEDIDO** Tel: (21) 2203-1141 Fax: (21) 2203-1142

E-mail: [assinaturas@etm.com.br](mailto:assinaturas@etm.com.br)





*ELA JÁ ENCANTOU FRANCESES,  
HOLANDESES E PORTUGUESES.  
AGORA VAI ENCANTAR VOCÊ.*



IMAGINE

*São Luís*  
ILHA DE ENCANTOS

*Você tem muitos motivos para se encantar por São Luís: encantos do passado, encantos da natureza, encantos da cultura popular, encantos do Carnaval, encantos do São João, encantos de poesia, encantos de amor, encantos feitos à mão, encantos que vão à mesa, encantos que vão além da imaginação. E em cada encanto, uma história. Em cada história, um lugar. Em cada lugar, um grande encanto. Venha se encantar!*

